



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº. 092/2023

DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO E ALTERAÇÃO DE
DENOMINAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM
COMISSÃO, LIGADOS À ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DO
MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas dos Arts. 88, III, e 121, I, alínea "b" e "d", da Lei Orgânica Municipal – LOM;

Considerando que, ao reavaliar a estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo positivada pela Lei Complementar Nº. 102/2017, verificou-se a necessidade do ajustamento da máquina administrativa especificamente dos órgãos: SECRETARIA DE TURISMO, EMPREENDEDORISMO E CULTURA – SETEC, GABINETE DO PREFEITO – GP, SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS – SEMOP E SECRETARIA MUNICIPAL DE ANÁLISE DE PROJETOS – SEMAP, vinculados a sua estrutura funcional, objetivando uma abrangência mais eficiente das atividades.

Considerando que não haverá acréscimo de valores e cargos na estrutura organizacional do Município, tratando-se apenas de transposição com adequação interna referente a cargos de provimento em comissão entre órgãos vinculados a estrutura organizacional administrativa da Administração Direta do Poder Executivo;

DECRETA:

Art. 1º - Fica transposto o Cargo de Chefe de Expediente da Secretaria de Turismo, Empreendedorismo e Cultura – **SETEC** para o Gabinete do Prefeito - **GP**.

Art. 2º - Ficam modificadas as denominações dos Cargos de Provimento em Comissão de: "Especialista em Engenharia", PC-3, constante da Secretaria Municipal de Obras Públicas – **SEMOP**; "Subgerência de Análise de Projetos Urbanísticos", PC-9, e "Gerência de Análise de Projetos", PC-8, da Secretaria Municipal de Análise de Projetos – **SEMAP**, com redistribuições para os órgãos que compõem a estrutura organizacional administrativa da Administração Direta do Poder Executivo, como segue:

- a) Coordenação de Análise de Projetos, PC-6, na estrutura da Secretaria Municipal de Análise de Projetos – **SEMAP**;



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

- b) Coordenação de Procedimentos Administrativos, PC-6, na estrutura da Secretaria Municipal de Análise de Projetos – **SEMAP**;
- c) Subgerência de Apoio jurídico, PC-9, na estrutura da Secretaria Municipal de Análise de Projetos – **SEMAP**.

Art. 6º - Permanecem inalterados os demais dispositivos Estrutura Organizacional Administrativa da Administração Direta do Poder Executivo.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor nesta data, surtindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2023.

Guarapari – ES, 26 de janeiro de 2023.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Em: 28 / 03 / 2023



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N°. 279/2023

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE
DENOMINAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
LIGADOS À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas dos Arts. 88, III, e 121, I, alínea “b” e “d”, da Lei Orgânica Municipal – LOM;

Considerando que, ao reavaliar a estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo positivada pela Lei Complementar N°. 102/2017, verificou-se a necessidade do ajustamento da máquina administrativa especificamente dos órgãos: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – **CGM**, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS – **SEMAD** e GABINETE DO PREFEITO – **GP**, vinculados a sua estrutura funcional, objetivando uma abrangência mais eficiente das atividades.

Considerando que não haverá acréscimo de valores e cargos na estrutura organizacional do Município, tratando-se apenas de adequação com transposição interna referente a cargos de provimento em comissão entre órgãos vinculados a estrutura organizacional administrativa da Administração Direta do Poder Executivo;

Considerando o disposto nos Arts. 2º e 3º da Lei Complementar N°. 122/2021 combinado com o Art. 5º, da Lei Complementar N°. 124/2021 e Art. 3º da Lei Complementar N°. 130/2022,

DECRETA:

Art. 1º. Altera a denominação do cargo de provimento em comissão de “GERÊNCIA DE PROCESSAMENTO NO SISTEMA GEO OBRAS – **PC-8**”, da Controladoria Geral do Município – **CGM**, passando a denominar-se “SUBGERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS – **PC-9**”, com transposição, adequação e vinculação interna administrativa



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

na Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Recursos Humanos - **SEMAD**, integrante da Lei Complementar Nº. 102/2017.

Art. 2º. Altera a denominação do cargo de provimento em comissão de "SUBGERÊNCIA DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR – **PC-9**", passando a denominar-se "GERÊNCIA DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR– **PC-8**", do GABINETE DO PREFEITO - **GP**, integrante da Lei Complementar Nº. 102/2017.

Art. 3º. Permanecem inalterados os demais dispositivos da Estrutura Organizacional Administrativa da Administração Direta do Poder Executivo.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor nesta data, surtindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2023.

Guarapari – ES, 22 de março de 2023.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº. 402 /2023

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE
DENOMINAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO
EM COMISSÃO, LIGADOS À ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DO
MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas dos Arts. 88, III, e 121, I, alínea "b" e "d", da Lei Orgânica Municipal – LOM;

Considerando que, ao reavaliar a estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo positivada pela Lei Complementar Nº. 102/2017, verificou-se a necessidade do ajustamento da máquina administrativa especificamente dos órgãos: SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA – SETAC, SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEMFA, SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS – SEMAD e Secretaria Municipal da Educação – SEMED, vinculados a sua estrutura funcional, objetivando uma abrangência mais eficiente das atividades.

Considerando que não haverá acréscimo de valores e cargos na estrutura organizacional do Município, tratando-se apenas de adequação com transposição interna referente a cargos de provimento em comissão entre órgãos vinculados a estrutura organizacional administrativa da Administração Direta do Poder Executivo;

Considerando o disposto nos Arts. 2º e 3º da Lei Complementar Nº. 122/2021 combinado com o Art. 5º, da Lei Complementar Nº. 124/2021, Art. 3º da Lei Complementar Nº. 130/2022 e Art. 13 da Lei Complementar Nº. 136/2023,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam extintos os cargos de provimentos em comissão de Chefe de Expediente, Ref. PC-10, da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Cidadania – SETAC e a Subgerência de Formação Educacional, Ref. PC-9, da Secretaria Municipal da Educação – SEMED;

Art. 2º. Ficam modificadas as denominações e referências dos Cargos de Provimento em Comissão da Estrutura Organizacional Administrativa, procedendo a adequação funcional entre os órgãos, como segue:

I. SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEMFA:



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

DENOMINAÇÃO ATUAL de:	REF. ATUAL	Para a seguinte denominação:	Ref.
Coordenação de Controle e Operações Financeiras	PC-6	Supervisão de Controle e operações financeiras	PC-5

II. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS - SEMAD

DENOMINAÇÃO ATUAL de:	REF. ATUAL	Para a seguinte denominação:	Ref.
Subcoordenação de Procedimentos Administrativos	PC-7	Coordenação de Procedimentos Administrativos	PC-6

III. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

DENOMINAÇÃO ATUAL de:	REF. ATUAL	Para a seguinte denominação:	Ref.
Coordenação de Procedimentos Administrativos -	PC-6	Analista Administrativo	PC-4
Coordenação de Controle Financeiro e Prestação de Contas do FUNDEB	PC-6	Supervisão de Controle Financeiro e Prestação de Contas do FUNDEB	PC - 5

Parágrafo Único: A adequação da Estrutura Organização de que trata este artigo advém da extinção do cargo de que trata o Art. 1º, deste decreto.

Art. 3º. Permanecem inalterados os demais dispositivos Estrutura Organizacional Administrativa da Administração Direta do Poder Executivo.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor nesta data, surtindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2023.

Guarapari – ES, 23 de maio de 2023.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Em: 21/09/2023



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº. 592/2023

**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE
DENOMINAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO,
VINCULADOS À ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DO
MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas dos Arts. 88, III, e 121, I, alínea "b" e "d", da Lei Orgânica Municipal – LOM;

Considerando que, ao reavaliar a estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo positivada pela Lei Complementar Nº. 102/2017, verificou-se a necessidade do ajustamento da máquina administrativa especificamente dos órgãos: Gabinete do Prefeito – **GP**, Secretaria Municipal de Turismo, Empreendedorismo e Cultura – **SETEC** e Secretaria Municipal da Saúde – **SEMSA**, vinculados a sua estrutura Organizacional Administrativa da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Guarapari, objetivando uma abrangência mais eficiente das atividades.

Considerando que não haverá acréscimo de valores e cargos na estrutura funcional, tratando-se apenas de adequação com transposição interna referente a cargos de provimento em comissão entre órgãos vinculados a estrutura organizacional administrativa da Administração Direta do Poder Executivo;

Considerando o disposto nos Arts. 2º e 3º da Lei Complementar Nº. 122/2021 combinado com o Art. 5º, da Lei Complementar Nº. 124/2021, Art. 3º da Lei Complementar Nº. 130/2022, Art. 13 da Lei Complementar Nº. 136/2023 e Art. 3º da Lei Complementar Nº. 144/2023,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam extintos os cargos de provimento em comissão de Chefe de Expediente, Ref. **PC-10**, do Gabinete do Prefeito – **GP** e Coordenação de Jornalismo e Relações Públicas – **PC-6**, da Secretaria Municipal de Comunicação Social vinculados à Estrutura Organizacional Administrativa da Administração Direta do Poder Executivo do Município de Guarapari.

Art. 2º. Ficam modificadas as denominações e referências dos Cargos de Provimento em Comissão da Estrutura Organizacional Administrativa, procedendo a adequação funcional entre os órgãos, como segue:



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

I. Secretaria Municipal de Turismo, Empreendedorismo e Cultura - **SETEC**:

DENOMINAÇÃO ATUAL de:	REF. ATUAL	Para a seguinte denominação:	Ref.
Subgerência de Receptivo	PC-9	Gerência do Receptivo	PC-8
Coordenação de Jornalismo e Relações Públicas	PC-6	Subcoordenação de Eventos	PC-7

II. Secretaria Municipal da Saúde – **SEMSA**

DENOMINAÇÃO ATUAL de:	REF. ATUAL	Para a seguinte denominação:	Ref.
Gerência de Transporte Sanitário	PC-8	Supervisão e Transporte Sanitário	PC-5

Parágrafo Único: A adequação da Estrutura da Organização de que trata este artigo advém da extinção do cargo de que trata o Art. 1º, deste Decreto.

Art. 3º. Permanecem inalterados os demais dispositivos Estrutura Organizacional Administrativa da Administração Direta do Poder Executivo.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor nesta data.

Guarapari – ES., 20 de setembro de 2023.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM/ES

Em: 05 DEZ. 2023



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº. 739/2023

DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, LIGADO À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas dos Arts. 88, III, e 121, I, alínea "b" e "d", da Lei Orgânica Municipal – LOM;

Considerando que, ao reavaliar a estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo positivada pela Lei Complementar Nº. 102/2017, verificou-se a necessidade do ajustamento da máquina administrativa especificamente dos órgãos: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – **SEMSA** e SECRETARIA MUNICIPAL DE POSTURA E TRÂNSITO, **SEPTRAN**, vinculados a sua estrutura funcional, objetivando uma abrangência mais eficiente das atividades.

Considerando que não haverá acréscimo de valores e cargos na estrutura organizacional do Município, tratando-se apenas de adequação com transposição interna referente a cargos de provimento em comissão entre órgãos vinculados a estrutura organizacional administrativa da Administração Direta do Poder Executivo;

Considerando o disposto nos Arts. 2º e 3º da Lei Complementar Nº. 122/2021 combinado com o Art. 5º, da Lei Complementar Nº. 124/2021, Art. 3º da Lei Complementar Nº. 130/2022 e Art. 13 da Lei Complementar Nº. 136/2023,

DECRETA:

Art. 1º. Fica transposto o cargo de provimento em comissão "Analista de Convênios em Saúde Pública", Ref. PC- 4, da Secretaria Municipal da Saúde – **SEMSA**, para a Secretaria Municipal de Postura e Trânsito, **SEPTRAN**.

Art. 2º. Fica modificada a denominação do referido Cargo passando a ser denominado "Analista de Processo de Transportes", **PC-4**.

Art. 3º. Ficam assim descritas as atribuições do cargo "Analista de Processo de Transporte":



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

CARGO: Analista de Processo de Transportes

Objetivo: Planejar, coordenar, controlar e orientar os atos relacionados às questões de transporte público coletivo e individual que envolvam conhecimento técnico das legislações competentes, bem como quaisquer outras questões que envolvam o órgão de vinculação administrativa.

Atribuições:

1. Organizar, analisar, tramitar e restaurar processos administrativos decorrentes da lavratura de auto de infração e das notificações de fiscais de trânsito e transporte que tramitam em meio físico e eletrônico;
2. Participar de programas de treinamento que envolvam conteúdos relacionados à área de atuação;
3. Assessorar atividades específicas de direito e legislação;
4. Identificar os processos administrativos correlatos, referentes ao mesmo requerente e à mesma ação fiscal, para que sejam reunidos e distribuídos por dependência para serem analisados e decididos simultaneamente.
5. Desempenhar atividades correlatas compreendidas no escopo de atuação da Secretaria Municipal de Postura e Trânsito, desde que compatíveis com a função exercida.

Art. 3º. Permanecem inalterados os demais dispositivos da Estrutura Organizacional Administrativa da Administração Direta do Poder Executivo.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guarapari – ES, 04 de dezembro de 2023.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOIV/22

Em: 21 / 12 / 2023



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº. 876/2023

DISPÕE SOBRE TRANSPOSIÇÃO E ALTERAÇÃO DE DENOMINAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO COM ADEQUAÇÃO INTERNA ENTRE ÓRGÃOS PERTENCENTES À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas dos Arts. 88, III, e 121, I, alínea "b" e "d", da Lei Orgânica Municipal – **LOM**;

Considerando a necessidade de readequação da estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo positivada pela Lei Complementar Nº. 102/2017, por onde, verificou-se a necessidade do ajustamento da máquina administrativa especificamente dos órgãos Secretaria Municipal de Turismo, Empreendedorismo e Cultura - **SETEC** e Secretaria Municipal de Comunicação Social – **SEMCOS**, vinculados a sua estrutura funcional, objetivando uma abrangência mais eficiente das atividades.

Considerando que, não haverá acréscimo de valores e cargos na estrutura organizacional do Município, tratando-se apenas de transposição com adequação interna referente a cargos de provimento em comissão entre órgãos vinculados a estrutura organizacional administrativa da Administração Direta do Poder Executivo;

Considerando o disposto nos Arts. 2º e 3º da Lei Complementar Nº. 122/2021 combinado o com Art. 5º da Lei Complementar Nº. 124/2021, Art. 3º da Lei Complementar Nº. 130/2022 e Art. 13 da Lei Complementar Nº. 136/2023,

DECRETA:

Art. 1º. Altera a denominação e as referências dos Cargo de Provimento em Comissão, adequando a estrutura organizacional funcional, no âmbito dos órgãos constantes do Anexo I, deste Decreto.



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais dispositivos da Estrutura Organizacional Administrativa da Administração Direta do Poder Executivo.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos em 1º de janeiro de 2024

Guarapari – ES., 19 de dezembro de 2023.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO I

**ADEQUAÇÃO DE CARGOS E REFERÊNCIAS DOS CARGOS
DE PROVIMENTO EM COMISSÃO POR ORGÃOS**

De: cargo de provimento em comissão:			Para: cargo de provimento em comissão:		
Supervisão de Eventos	Ref. PC-5	SETEC	Supervisão de Jornalismo e Relações Públicas	Ref. PC-5	SEMCOS

ANEXO II

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – SEMCOS

CARGO: SUPERVISÃO DE JORNALISMO E RELAÇÕES PÚBLICAS

1. Supervisionar e coordenar as relações entre os veículos de comunicação e os Órgãos da Administração Municipal;
2. Assessorar o titular da Secretaria e o Chefe do Poder Executivo em assuntos relativos à política de comunicação e divulgação social da Administração e de implantação de programas informativos;
3. Aperfeiçoar os fluxos de informação existentes na estrutura de funcionamento da Administração Municipal, dinamizando processos e integrando todos os setores responsáveis pelo gerenciamento e produção de comunicação do Município;
4. Promover, através de órgãos públicos, associações, imprensa, agências e outros meios, a divulgação de projetos de interesse do Município;
5. Articular com todos os Órgãos da Administração Municipal, captando informações de interesse da população e divulgá-las;
6. Planejar, desenvolver e executar as ações de comunicação realizadas com recursos orçamentários alocados no Município, com observância da eficiência e racionalidade na sua aplicação;
7. Definir qual informação e como ela será divulgada, no contexto político que vai estabelecer com os veículos de comunicação as estratégias de atuação junto aos diversos públicos da organização;
8. Aperfeiçoar as publicações existentes e os veículos de comunicação;
9. Responsabilizar-se pelos produtos de divulgação de caráter jornalísticos da Administração Municipal;
10. Organizar e acompanhar a realização de eventos promovidos pelo Município;
11. Formular e implementar políticas de comunicação social objetivando divulgar os parâmetros que alicerçam o Programa de Governo do Executivo Municipal;
12. Projetar, desenvolver e coordenar formas de comunicação que expressem para outras instituições, os fundamentos do Plano de Governo e as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal;
13. Prover os meios de comunicação de todas as informações de caráter público geradas pela Administração Municipal;
14. Coordenar a divulgação e a promoção de eventos, ações e projetos realizados em parceria com a Administração Municipal e a mídia;
15. Supervisionar e controlar o fluxo de informação para os veículos de comunicação;
16. Elaborar textos e publicações;
17. Coordenar processos de comunicação institucional interna e externa;
19. Desempenhar outras atribuições afins.



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 4804/2023

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DA
TABELA DE VENCIMENTOS PARA OS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
MUNICIPAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no Art. 88, inciso V da Lei Orgânica do Município, LOM, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica concedido aos Profissionais da Educação, que exercem cargo no Magistério Público Municipal, reajuste salarial que varia de 14,76% (quatorze virgula setenta e seis por cento) a 6% (seis por cento) incidente sobre a tabela de reajuste de que trata a Lei Nº. 4687/2022.

Art. 2º. Serão beneficiados com o reajuste, estabelecido pelo *caput* do artigo anterior, os profissionais investidos em cargos e funções especificamente do Magistério, lotados na Secretaria Municipal da Educação – **SEMED**.

Art. 3º. Os novos valores dos vencimentos relativos às classes/níveis dos profissionais do magistério são os constantes do Anexo I, desta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023, revogando-se as disposições em contrário.

Guarapari –ES., 03 de abril de 2023

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

TABELA SALARIAL DO MAGISTÉRIO- 25 HORAS SEMANAIS 2023																										
CLASSES	NÍVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15										
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO MAPA ,MAPB e MAPP	I	2762,99	2818,25	2874,62	2932,11	2990,75	3050,57	3111,58	3173,81	3237,29	3302,03	3368,07	3435,43	3504,14	3574,23	3645,71										
	II	2768,75	2824,13	2880,61	2938,22	2996,99	3056,83	3118,07	3180,43	3244,04	3308,92	3375,09	3442,60	3511,45	3581,68	3653,31										
	III	2781,88	2837,52	2894,27	2952,15	3011,20	3071,42	3132,85	3195,51	3259,42	3324,61	3391,10	3458,92	3528,10	3598,66	3670,63										
	IV	2796,07	2851,99	2909,03	2967,21	3026,55	3087,08	3148,82	3211,80	3276,04	3341,56	3408,39	3476,56	3546,09	3617,01	3689,35										
	V	2800,33	2856,34	2913,47	2971,74	3031,17	3091,80	3153,83	3216,70	3281,04	3346,66	3413,59	3481,86	3551,50	3622,53	3694,98										
	VI	3166,14	3229,46	3294,05	3359,93	3427,13	3495,68	3565,59	3636,90	3709,64	3783,83	3859,51	3936,70	4015,43	4095,74	4177,66										
	VII	3482,75	3552,41	3623,46	3695,92	3769,84	3845,24	3922,15	4000,59	4080,60	4162,21	4245,46	4330,37	4416,97	4505,31	4595,42										
CLASSES	NÍVEIS	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30										
PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO MAPA ,MAPB e MAPP	I	3718,62	3793,00	3868,86	3946,23	4025,16	4105,66	4187,78	4271,53	4356,96	4444,10	4532,98	4623,64	4716,12	4810,44	4906,65										
	II	3726,38	3800,91	3876,92	3954,46	4033,55	4114,22	4196,51	4280,44	4366,05	4453,37	4542,43	4633,28	4725,95	4820,47	4916,88										
	III	3744,05	3818,93	3895,31	3973,21	4052,68	4133,73	4216,41	4300,73	4386,75	4474,48	4563,97	4655,25	4748,36	4843,33	4940,19										
	IV	3763,14	3838,40	3915,17	3993,47	4073,34	4154,81	4237,90	4322,66	4409,12	4497,30	4587,24	4678,99	4772,57	4868,02	4965,38										
	V	3768,88	3844,26	3921,15	3999,57	4079,56	4161,15	4244,37	4329,26	4415,85	4504,16	4594,25	4686,13	4779,86	4875,45	4972,96										
	VI	4261,21	4346,43	4433,36	4522,03	4612,47	4704,72	4798,82	4894,79	4992,69	5092,54	5194,39	5298,28	5404,25	5512,33	5622,58										
	VII	4687,33	4781,07	4876,70	4974,23	5073,71	5175,19	5278,69	5384,27	5491,95	5601,79	5713,83	5828,10	5944,67	6063,56	6184,83										

PROFISSIONAL	PC I	2486,69
DE EDUCAÇÃO	PC II	2491,88
NÃO	PC III	2503,69
HABILITADO	PC IV	2516,46

Em: 19/05/2023



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº. 4820/2023

**FIXA O NOVO VALOR MONETÁRIO
REFERENTE AO AUXÍLIO-
ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fixa o novo valor monetário de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) referente ao Auxílio Alimentação para os servidores que integram o quadro de ativos, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo, extensivo aos servidores cedidos ou localizados na Autarquia Municipal cognominada de Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari – **IPG**.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2023.

Guarapari – ES. 17 de maio de 2023.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Em: 19/05/2023



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº. 4820/2023

**FIXA O NOVO VALOR MONETÁRIO
REFERENTE AO AUXÍLIO-
ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fixa o novo valor monetário de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) referente ao Auxílio Alimentação para os servidores que integram o quadro de ativos, no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo, extensivo aos servidores cedidos ou localizados na Autarquia Municipal cognominada de Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari – **IPG**.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2023.

Guarapari – ES. 17 de maio de 2023.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Em: 19 / 05 / 2023



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº. 4821/2023

**CONCEDE A REVISÃO GERAL ANUAL AOS
SERVIDORES PÚBLICOS, ALTERA DISPOSITIVO
CONSTANTE DA LEI Nº. 4686/2022 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – LOM, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica concedida a **revisão geral anual** no percentual de **5,47%** (cinco virgula quarenta e sete por cento) aos servidores da Administração Direta do Poder Executivo, regidos pela Lei Nº 4686/2022, conforme variação do INPC-IBGE, referente ao período de março/2022 a fevereiro/2023, concedido a teor do inciso X do Art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Será acrescido à TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS E NIVEIS - VB 01 a VB 04), constante da Lei Nº. 4686/2022 - Anexo IV o reajuste com variação mínima de 0,53% (zero virgula cinquenta e três por cento) e máxima de 14,53% (quatorze virgula cinquenta três por cento) de acordo com a referência do cargo, que passará vigor com os novos valores de vencimentos básicos (VB), fixados conforme anexo I, desta Lei, como se nela transcrita, resultando no percentual total com variação de 6% (seis por cento) a 20% (vinte por cento) na referida tabela.

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais dispositivos constantes da Lei Nº. 4686, de 04 de abril de 2022.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2023.

Guarapari/ES, 17 de maio de 2023.


EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Projeto de Lei (PL)

Autoria do PL Nº. 075/2023: Poder Executivo Municipal

Redação Final: Comissão de Redação e Justiça/Poder Legislativo Municipal

Processo Administrativo Nº. 14.032/2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

LEI Nº. 4686/2022 - DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA - SETAC, DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ANEXO IV

TABELAS DE VENCIMENTOS BÁSICOS (VB) E NÍVEIS

VB 01						
Cargo: Agente de Atendimento em Assistência Social - (AAAS)						
Funções: Auxiliar de Cuidador						
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.536,00	R\$ 1.582,08	R\$ 1.629,54	R\$ 1.678,43	R\$ 1.728,78	R\$ 1.780,64	R\$ 1.834,06
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.889,09	R\$ 1.945,76	R\$ 2.004,13	R\$ 2.064,26	R\$ 2.126,18	R\$ 2.189,97	R\$ 2.255,67

VB 02						
Cargo: Técnico Operacional em Assistência Social - (TOAS)						
Funções: Cuidador Social Orientador Social						
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.610,00	R\$ 1.658,30	R\$ 1.708,05	R\$ 1.759,29	R\$ 1.812,07	R\$ 1.866,43	R\$ 1.922,42
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.980,10	R\$ 2.039,50	R\$ 2.100,68	R\$ 2.163,71	R\$ 2.228,62	R\$ 2.295,48	R\$ 2.364,34

VB 03						
Cargo: Profissional Especialista em Assistência Social A - (PEAS-A)						
Funções: Assistente Social Psicólogo, Pedagogo Social						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.014,00	R\$ 2.074,42	R\$ 2.136,65	R\$ 2.200,75	R\$ 2.266,77	R\$ 2.334,78	R\$ 2.404,82
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 2.476,97	R\$ 2.551,27	R\$ 2.627,81	R\$ 2.706,65	R\$ 2.787,85	R\$ 2.871,48	R\$ 2.957,63
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.968,00	R\$ 3.057,04	R\$ 3.148,75	R\$ 3.243,21	R\$ 3.340,51	R\$ 3.440,73	R\$ 3.543,95
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 3.650,27	R\$ 3.759,77	R\$ 3.872,57	R\$ 3.988,74	R\$ 4.108,41	R\$ 4.231,66	R\$ 4.358,61

VB 04						
Cargo: Profissional Especialista em Assistência Social B - (PEAS-B)						
Funções: Terapeuta Ocupacional						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.776,62	R\$ 2.859,92	R\$ 2.945,71	R\$ 3.034,08	R\$ 3.125,11	R\$ 3.218,86	R\$ 3.315,43
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 3.414,89	R\$ 3.517,34	R\$ 3.622,86	R\$ 3.731,54	R\$ 3.843,49	R\$ 3.958,79	R\$ 4.077,56

Em: 19 / 05 / 2023



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº. 4822/2023

**CONCEDE A REVISÃO GERAL ANUAL AOS
SERVIDORES PÚBLICOS, ALTERA
DISPOSITIVO CONSTANTE DA LEI Nº.
4685/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – LOM, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica concedida a revisão geral anual no percentual de **5,47%** (cinco vírgula quarenta e sete por cento) aos servidores da Administração Direta do Poder Executivo, regidos pela Lei Nº 4685/2022, bem como os subsídios dos Agentes Políticos do Poder Executivo, conforme variação do INPC-IBGE, referente ao período de março/2022 a fevereiro/2023, concedido a teor do inciso X do Art. 37 da Constituição Federal.

§1º. Será acrescido à TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS E NIVEIS - VB 01 a VB 18), constante da Lei Nº. 4685/2022 - Anexo IV o reajuste com variação mínima de 0,53% (zero vírgula cinquenta e três por cento) e máxima de 14,53% (quatorze vírgula cinquenta e três por cento) de acordo com a referência do cargo, que passará vigor com os novos valores de vencimentos básicos (VB), fixados conforme anexo I, desta Lei, como se nela transcrita, resultando no percentual total com variação de 6% (seis por cento) a 20% (vinte por cento) na referida tabela.

§2º. A revisão geral anual no percentual de **5,47%** (cinco vírgula quarenta e sete por cento) será estendida aos servidores efetivos do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais dispositivos constantes da Lei Nº. 4685, de 04 de abril de 2022.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2023.

Guarapari/ES, 17 de maio de 2023.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

LEI Nº. 4685/2022 - DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ANEXO IV

TABELAS DE VENCIMENTOS BÁSICOS (VB) E NÍVEIS

VB-01						
Cargo: Agente de Salvamento Marítimo (ASM)						
Funções: Salva Vidas						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.458,00	R\$ 1.501,74	R\$ 1.546,79	R\$ 1.593,20	R\$ 1.640,99	R\$ 1.690,22	R\$ 1.740,93
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.793,16	R\$ 1.846,95	R\$ 1.902,36	R\$ 1.959,43	R\$ 2.018,21	R\$ 2.078,76	R\$ 2.141,12
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.548,00	R\$ 1.594,44	R\$ 1.642,27	R\$ 1.691,54	R\$ 1.742,29	R\$ 1.794,56	R\$ 1.848,39
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.903,84	R\$ 1.960,96	R\$ 2.019,79	R\$ 2.080,38	R\$ 2.142,79	R\$ 2.207,08	R\$ 2.273,29

VB 02						
Cargo: Agente de Serviço Operacional I (ASO1)						
Funções: Auxiliar de Serviço Escolar, Auxiliar de Serviços Gerais, Coveiro, Cozinheiro, Jardineiro, Telefonista, Vigia						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.445,85	R\$ 1.489,23	R\$ 1.533,90	R\$ 1.579,92	R\$ 1.627,32	R\$ 1.676,14	R\$ 1.726,42
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.778,21	R\$ 1.831,56	R\$ 1.886,51	R\$ 1.943,10	R\$ 2.001,39	R\$ 2.061,44	R\$ 2.123,28
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.523,20	R\$ 1.568,90	R\$ 1.615,96	R\$ 1.664,44	R\$ 1.714,38	R\$ 1.765,81	R\$ 1.818,78
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.873,34	R\$ 1.929,54	R\$ 1.987,43	R\$ 2.047,05	R\$ 2.108,47	R\$ 2.171,72	R\$ 2.236,87

VB 03						
Cargo: Agente de Serviço Operacional II (ASO2)						
Funções: Bombeiro, Carpinteiro, Eletricista, Pedreiro, Pintor						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.458,00	R\$ 1.501,74	R\$ 1.546,79	R\$ 1.593,20	R\$ 1.640,99	R\$ 1.690,22	R\$ 1.740,93
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.793,16	R\$ 1.846,95	R\$ 1.902,36	R\$ 1.959,43	R\$ 2.018,21	R\$ 2.078,76	R\$ 2.141,12
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.548,00	R\$ 1.594,44	R\$ 1.642,27	R\$ 1.691,54	R\$ 1.742,29	R\$ 1.794,56	R\$ 1.848,39
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.903,84	R\$ 1.960,96	R\$ 2.019,79	R\$ 2.080,38	R\$ 2.142,79	R\$ 2.207,08	R\$ 2.273,29



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

LEI Nº. 4685/2022 - DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ANEXO IV - CONTINUAÇÃO

VB 04						
Cargo: Técnico Operacional - (TO)						
Funções: Técnico Agrícola, Técnico em Agrimensura, Técnico em Edificações						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.458,00	R\$ 1.501,74	R\$ 1.546,79	R\$ 1.593,20	R\$ 1.640,99	R\$ 1.690,22	R\$ 1.740,93
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.793,16	R\$ 1.846,95	R\$ 1.902,36	R\$ 1.959,43	R\$ 2.018,21	R\$ 2.078,76	R\$ 2.141,12
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.714,25	R\$ 1.765,68	R\$ 1.818,65	R\$ 1.873,21	R\$ 1.929,40	R\$ 1.987,28	R\$ 2.046,90
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 2.108,31	R\$ 2.171,56	R\$ 2.236,70	R\$ 2.303,81	R\$ 2.372,92	R\$ 2.444,11	R\$ 2.517,43

VB 05						
Cargo: Técnico Operante Especial (TOE)						
Funções: Operador de Sistema de Videomonitoramento						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.525,93	R\$ 1.571,71	R\$ 1.618,86	R\$ 1.667,42	R\$ 1.717,45	R\$ 1.768,97	R\$ 1.822,04
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.876,70	R\$ 1.933,00	R\$ 1.990,99	R\$ 2.050,72	R\$ 2.112,24	R\$ 2.175,61	R\$ 2.240,88

VB 06						
Cargo: Técnico Administrativo e Contábil (TAC)						
Funções: Almoxarife, Assistente Administrativo, Técnico em Contabilidade, Técnico em Informática, Técnico Programador						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.458,00	R\$ 1.501,74	R\$ 1.546,79	R\$ 1.593,20	R\$ 1.640,99	R\$ 1.690,22	R\$ 1.740,93
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.793,16	R\$ 1.846,95	R\$ 1.902,36	R\$ 1.959,43	R\$ 2.018,21	R\$ 2.078,76	R\$ 2.141,12
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.620,00	R\$ 1.668,60	R\$ 1.718,66	R\$ 1.770,22	R\$ 1.823,32	R\$ 1.878,02	R\$ 1.934,36
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.992,40	R\$ 2.052,17	R\$ 2.113,73	R\$ 2.177,14	R\$ 2.242,46	R\$ 2.309,73	R\$ 2.379,02



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

LEI Nº. 4685/2022 - DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ANEXO IV - CONTINUAÇÃO

VB 07						
Cargo: Agente Fiscalizador de Serviço (AFS)						
Funções: Fiscal de Meio Ambiente, Fiscal de Defesa do Consumidor, Fiscal de Trânsito e Transporte, Fiscal de Obras Privadas, Fiscal de Postura e Serviços, Fiscal de Vigilância Sanitária, Fiscal de Feira e Mercado						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.458,00	R\$ 1.501,74	R\$ 1.546,79	R\$ 1.593,20	R\$ 1.640,99	R\$ 1.690,22	R\$ 1.740,93
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.793,16	R\$ 1.846,95	R\$ 1.902,36	R\$ 1.959,43	R\$ 2.018,21	R\$ 2.078,76	R\$ 2.141,12
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.629,17	R\$ 1.678,05	R\$ 1.728,39	R\$ 1.780,24	R\$ 1.833,65	R\$ 1.888,66	R\$ 1.945,31
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 2.003,67	R\$ 2.063,78	R\$ 2.125,70	R\$ 2.189,47	R\$ 2.255,15	R\$ 2.322,81	R\$ 2.392,49

VB 08						
Cargo: Operador de Equipamento Leve (OEL)						
Funções: Motorista Padrão I						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.458,00	R\$ 1.501,74	R\$ 1.546,79	R\$ 1.593,20	R\$ 1.640,99	R\$ 1.690,22	R\$ 1.740,93
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.793,16	R\$ 1.846,95	R\$ 1.902,36	R\$ 1.959,43	R\$ 2.018,21	R\$ 2.078,76	R\$ 2.141,12
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.593,00	R\$ 1.640,79	R\$ 1.690,01	R\$ 1.740,71	R\$ 1.792,94	R\$ 1.846,72	R\$ 1.902,13
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.959,19	R\$ 2.017,96	R\$ 2.078,50	R\$ 2.140,86	R\$ 2.205,08	R\$ 2.271,24	R\$ 2.339,37

VB 09						
Cargo: Operador de Equipamento Especial (OEE)						
Funções: Motorista Padrão II						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.458,00	R\$ 1.501,74	R\$ 1.546,79	R\$ 1.593,20	R\$ 1.640,99	R\$ 1.690,22	R\$ 1.740,93
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.793,16	R\$ 1.846,95	R\$ 1.902,36	R\$ 1.959,43	R\$ 2.018,21	R\$ 2.078,76	R\$ 2.141,12
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.725,00	R\$ 1.776,75	R\$ 1.830,05	R\$ 1.884,95	R\$ 1.941,50	R\$ 1.999,75	R\$ 2.059,74
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 2.121,53	R\$ 2.185,18	R\$ 2.250,73	R\$ 2.318,26	R\$ 2.387,80	R\$ 2.459,44	R\$ 2.533,22



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

LEI Nº. 4685/2022 - DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ANEXO IV - CONTINUAÇÃO

VB 10						
Cargo: Operador de Equipamento Pesado (OEP)						
Funções: Operador de Máquinas						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.487,67	R\$ 1.532,30	R\$ 1.578,27	R\$ 1.625,62	R\$ 1.674,39	R\$ 1.724,62	R\$ 1.776,36
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.829,65	R\$ 1.884,54	R\$ 1.941,08	R\$ 1.999,31	R\$ 2.059,29	R\$ 2.121,07	R\$ 2.184,70
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.980,24	R\$ 2.039,65	R\$ 2.100,83	R\$ 2.163,86	R\$ 2.228,78	R\$ 2.295,64	R\$ 2.364,51
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 2.435,44	R\$ 2.508,51	R\$ 2.583,76	R\$ 2.661,27	R\$ 2.741,11	R\$ 2.823,35	R\$ 2.908,05

VB 11						
Cargo: Profissional em Engenharia e Arquitetura (PEA)						
Funções: Arquiteto, Engenheiro Agrônomo, Engenheiro Civil, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Engenheiro de Tráfego, Engenheiro Elétrico, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Mecânico, Engenheiro Sanitarista						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 3.572,20	R\$ 3.679,37	R\$ 3.789,75	R\$ 3.903,44	R\$ 4.020,54	R\$ 4.141,16	R\$ 4.265,39
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 4.393,36	R\$ 4.525,16	R\$ 4.660,91	R\$ 4.800,74	R\$ 4.944,76	R\$ 5.093,10	R\$ 5.245,90
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 4.770,00	R\$ 4.913,10	R\$ 5.060,49	R\$ 5.212,31	R\$ 5.368,68	R\$ 5.529,74	R\$ 5.695,63
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 5.866,50	R\$ 6.042,49	R\$ 6.223,77	R\$ 6.410,48	R\$ 6.602,80	R\$ 6.800,88	R\$ 7.004,91

VB 12						
Cargo: Profissional em Especialidades A (PE-A)						
Funções: Administrador, Analista de Sistema, Auditor em Saúde, Auditor, Bibliotecário, Economista, Estatístico, Geógrafo, Jornalista, Sociólogo, Turismólogo						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.851,08	R\$ 1.906,61	R\$ 1.963,81	R\$ 2.022,72	R\$ 2.083,40	R\$ 2.145,91	R\$ 2.210,28
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 2.276,59	R\$ 2.344,89	R\$ 2.415,24	R\$ 2.487,69	R\$ 2.562,32	R\$ 2.639,19	R\$ 2.718,37
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.591,53	R\$ 2.669,28	R\$ 2.749,35	R\$ 2.831,84	R\$ 2.916,79	R\$ 3.004,29	R\$ 3.094,42
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 3.187,26	R\$ 3.282,87	R\$ 3.381,36	R\$ 3.482,80	R\$ 3.587,28	R\$ 3.694,90	R\$ 3.805,75



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

LEI Nº. 4685/2022 - DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ANEXO IV - CONTINUAÇÃO

VB 13						
Cargo: Profissional em Especialidades B (PE-B)						
Funções: Assistente Social, Fonoaudiólogo, Nutricionista, Psicólogo						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.014,00	R\$ 2.074,42	R\$ 2.136,65	R\$ 2.200,75	R\$ 2.266,77	R\$ 2.334,78	R\$ 2.404,82
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 2.476,97	R\$ 2.551,27	R\$ 2.627,81	R\$ 2.706,65	R\$ 2.787,85	R\$ 2.871,48	R\$ 2.957,63
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.968,00	R\$ 3.057,04	R\$ 3.148,75	R\$ 3.243,21	R\$ 3.340,51	R\$ 3.440,73	R\$ 3.543,95
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 3.650,27	R\$ 3.759,77	R\$ 3.872,57	R\$ 3.988,74	R\$ 4.108,41	R\$ 4.231,66	R\$ 4.358,61

VB 14						
Cargo: Profissional em Contabilidade Pública (PCP)						
Funções: Contador						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 3.572,20	R\$ 3.679,37	R\$ 3.789,75	R\$ 3.903,44	R\$ 4.020,54	R\$ 4.141,16	R\$ 4.265,39
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 4.393,36	R\$ 4.525,16	R\$ 4.660,91	R\$ 4.800,74	R\$ 4.944,76	R\$ 5.093,10	R\$ 5.245,90
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 4.770,00	R\$ 4.913,10	R\$ 5.060,49	R\$ 5.212,31	R\$ 5.368,68	R\$ 5.529,74	R\$ 5.695,63
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 5.866,50	R\$ 6.042,49	R\$ 6.223,77	R\$ 6.410,48	R\$ 6.602,80	R\$ 6.800,88	R\$ 7.004,91

VB 15						
Cargo: Profissional em Fiscalização (PF)						
Funções: Fiscal de Rendas						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.036,20	R\$ 2.097,28	R\$ 2.160,20	R\$ 2.225,01	R\$ 2.291,76	R\$ 2.360,51	R\$ 2.431,32
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 2.504,26	R\$ 2.579,39	R\$ 2.656,77	R\$ 2.736,48	R\$ 2.818,57	R\$ 2.903,13	R\$ 2.990,22
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.684,07	R\$ 2.764,59	R\$ 2.847,53	R\$ 2.932,95	R\$ 3.020,94	R\$ 3.111,57	R\$ 3.204,92
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 3.301,07	R\$ 3.400,10	R\$ 3.502,10	R\$ 3.607,16	R\$ 3.715,38	R\$ 3.826,84	R\$ 3.941,64



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

LEI Nº. 4685/2022 - DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ANEXO IV - CONTINUAÇÃO

VB 16						
Cargo: Profissional na Área Jurídica (PAJ)						
Funções: Procurador Municipal						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.776,62	R\$ 2.859,92	R\$ 2.945,71	R\$ 3.034,08	R\$ 3.125,11	R\$ 3.218,86	R\$ 3.315,43
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 3.414,89	R\$ 3.517,34	R\$ 3.622,86	R\$ 3.731,54	R\$ 3.843,49	R\$ 3.958,79	R\$ 4.077,56
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 3.887,27	R\$ 4.003,89	R\$ 4.124,01	R\$ 4.247,73	R\$ 4.375,16	R\$ 4.506,42	R\$ 4.641,61
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 4.780,86	R\$ 4.924,28	R\$ 5.072,01	R\$ 5.224,17	R\$ 5.380,90	R\$ 5.542,32	R\$ 5.708,59

VB 17						
Cargo: Profissional na Área Ambiental (PAA)						
Funções: Biólogo						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.851,08	R\$ 1.906,61	R\$ 1.963,81	R\$ 2.022,72	R\$ 2.083,40	R\$ 2.145,91	R\$ 2.210,28
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 2.276,59	R\$ 2.344,89	R\$ 2.415,24	R\$ 2.487,69	R\$ 2.562,32	R\$ 2.639,19	R\$ 2.718,37
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.591,53	R\$ 2.669,28	R\$ 2.749,35	R\$ 2.831,84	R\$ 2.916,79	R\$ 3.004,29	R\$ 3.094,42
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 3.187,26	R\$ 3.282,87	R\$ 3.381,36	R\$ 3.482,80	R\$ 3.587,28	R\$ 3.694,90	R\$ 3.805,75

VB 18	
CARGO	VENCIMENTO
Estabilidade Financeira - Coordenação	R\$ 3.157,74
Estabilidade Financeira - Secretário Adjunto e correlatos	R\$ 5.305,00
Estabilidade Financeira - Secretário Municipal e correlatos	R\$ 8.715,36

Em: 19 / 05 / 2023



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

LEI Nº. 4823/2023

**CONCEDE A REVISÃO GERAL ANUAL AOS
SERVIDORES PÚBLICOS, ALTERA
DISPOSITIVO CONSTANTE DA LEI Nº.
4684/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – LOM, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica concedida a **revisão geral anual** no percentual de **5,47%** (cinco vírgula quarenta e sete por cento) aos servidores da Administração Direta do Poder Executivo, regidos pela Lei Nº 4684/2022, conforme variação do INPC-IBGE, referente ao período de março/2022 a fevereiro/2023, concedido a teor do inciso X do Art. 37 da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Será acrescido à TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS E NIVEIS - VB 01 a VB 11), constante da Lei Nº. 4684/2022 - Anexo IV o reajuste com variação mínima de 0,53% (zero vírgula cinquenta e três por cento) e máxima de 14,53% (quatorze vírgula cinquenta e três por cento) de acordo a referência do cargo, que passará vigor com os novos valores de vencimentos básicos (VB), fixados conforme anexo I, desta Lei, como se nela transcrita, resultando no percentual total com variação de 6% (seis por cento) a 20% (vinte por cento) na referida tabela.

Art. 2º. Permanecem inalterados os demais dispositivos constantes da Lei Nº. 4684, de 04 de abril de 2022.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2023.

Guarapari/ES, 17 de maio de 2023.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Projeto de Lei (PL)

Autoria do PL Nº. 077/2023: Poder Executivo Municipal

Redação Final: Comissão de Redação e Justiça/Poder Legislativo Municipal

Processo Administrativo Nº. 14.032/2023



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

LEI Nº. 4684/2022 - DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ANEXO IV

TABELAS DE VENCIMENTOS BÁSICOS (VB) E NÍVEIS

VB - 01						
Cargo: Agente de Atendimento em Saúde A - (AAS-A)						
Funções: Atendente de Consultório, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Veterinária						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.458,00	R\$ 1.501,74	R\$ 1.546,79	R\$ 1.593,20	R\$ 1.640,99	R\$ 1.690,22	R\$ 1.740,93
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.793,16	R\$ 1.846,95	R\$ 1.902,36	R\$ 1.959,43	R\$ 2.018,21	R\$ 2.078,76	R\$ 2.141,12
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.536,00	R\$ 1.582,08	R\$ 1.629,54	R\$ 1.678,43	R\$ 1.728,78	R\$ 1.780,64	R\$ 1.834,06
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.889,09	R\$ 1.945,76	R\$ 2.004,13	R\$ 2.064,26	R\$ 2.126,18	R\$ 2.189,97	R\$ 2.255,67

VB - 02						
Cargo: Agente de Atendimento em Saúde B - (AAS-B)						
Funções: Agente Comunitário de Saúde, Agente de Combate às Endemias						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.034,00	R\$ 2.095,02	R\$ 2.157,87	R\$ 2.222,61	R\$ 2.289,28	R\$ 2.357,96	R\$ 2.428,70
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 2.501,56	R\$ 2.576,61	R\$ 2.653,91	R\$ 2.733,53	R\$ 2.815,53	R\$ 2.900,00	R\$ 2.987,00
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.640,00	R\$ 2.719,20	R\$ 2.800,78	R\$ 2.884,80	R\$ 2.971,34	R\$ 3.060,48	R\$ 3.152,30
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 3.246,87	R\$ 3.344,27	R\$ 3.444,60	R\$ 3.547,94	R\$ 3.654,38	R\$ 3.764,01	R\$ 3.876,93

VB - 03						
Cargo: Técnico Operacional em Saúde A - (TOS - A)						
Funções: Técnico em Enfermagem						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.450,00	R\$ 1.493,50	R\$ 1.538,31	R\$ 1.584,45	R\$ 1.631,99	R\$ 1.680,95	R\$ 1.731,38
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.783,32	R\$ 1.836,82	R\$ 1.891,92	R\$ 1.948,68	R\$ 2.007,14	R\$ 2.067,35	R\$ 2.129,37
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.740,00	R\$ 1.792,20	R\$ 1.845,97	R\$ 1.901,34	R\$ 1.958,39	R\$ 2.017,14	R\$ 2.077,65
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 2.139,98	R\$ 2.204,18	R\$ 2.270,31	R\$ 2.338,41	R\$ 2.408,57	R\$ 2.480,82	R\$ 2.555,25



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

LEI Nº. 4684/2022 - DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ANEXO IV - CONTINUAÇÃO

VB - 04						
Cargo: Técnico Operacional em Saúde B - (TOS - B)						
Funções: Técnico em Higiene Bucal, Técnico em Imobilização Ortopédica, Auxiliar de Saúde Bucal, Agente de Saúde Pública e Atendente de Enfermagem						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.475,00	R\$ 1.519,25	R\$ 1.564,83	R\$ 1.611,77	R\$ 1.660,13	R\$ 1.709,93	R\$ 1.761,23
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.814,06	R\$ 1.868,49	R\$ 1.924,54	R\$ 1.982,28	R\$ 2.041,74	R\$ 2.103,00	R\$ 2.166,09
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 1.624,00	R\$ 1.672,72	R\$ 1.722,90	R\$ 1.774,59	R\$ 1.827,83	R\$ 1.882,66	R\$ 1.939,14
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 1.997,32	R\$ 2.057,23	R\$ 2.118,95	R\$ 2.182,52	R\$ 2.248,00	R\$ 2.315,44	R\$ 2.384,90

VB - 05						
Cargo: Técnico Operacional em Saúde C - (TOS - C)						
Funções: Técnico em Radiologia						
24 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.640,00	R\$ 2.719,20	R\$ 2.800,78	R\$ 2.884,80	R\$ 2.971,34	R\$ 3.060,48	R\$ 3.152,30
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 3.246,87	R\$ 3.344,27	R\$ 3.444,60	R\$ 3.547,94	R\$ 3.654,38	R\$ 3.764,01	R\$ 3.876,93

VB - 06						
Cargo: Profissional Especialista em Saúde A - (PES-A)						
Assistente Social, Fonoaudiólogo e Psicólogo						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.014,00	R\$ 2.074,42	R\$ 2.136,65	R\$ 2.200,75	R\$ 2.266,77	R\$ 2.334,78	R\$ 2.404,82
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 2.476,97	R\$ 2.551,27	R\$ 2.627,81	R\$ 2.706,65	R\$ 2.787,85	R\$ 2.871,48	R\$ 2.957,63
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.968,00	R\$ 3.057,04	R\$ 3.148,75	R\$ 3.243,21	R\$ 3.340,51	R\$ 3.440,73	R\$ 3.543,95
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 3.650,27	R\$ 3.759,77	R\$ 3.872,57	R\$ 3.988,74	R\$ 4.108,41	R\$ 4.231,66	R\$ 4.358,61



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

LEI Nº. 4684/2022 - DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ANEXO IV - CONTINUAÇÃO

VB - 07						
Cargo: Profissional Especialista em Saúde B - (PES-B)						
Funções: Enfermeiro do Trabalho, Enfermeiro, Farmacêutico, Farmacêutico/Bioquímico						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.438,00	R\$ 2.511,14	R\$ 2.586,47	R\$ 2.664,07	R\$ 2.743,99	R\$ 2.826,31	R\$ 2.911,10
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 2.998,43	R\$ 3.088,39	R\$ 3.181,04	R\$ 3.276,47	R\$ 3.374,76	R\$ 3.476,01	R\$ 3.580,29
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 3.392,00	R\$ 3.493,76	R\$ 3.598,57	R\$ 3.706,53	R\$ 3.817,73	R\$ 3.932,26	R\$ 4.050,23
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 4.171,73	R\$ 4.296,88	R\$ 4.425,79	R\$ 4.558,56	R\$ 4.695,32	R\$ 4.836,18	R\$ 4.981,27

VB - 08						
Cargo: Profissional Especialista em Saúde C - (PES-C)						
Funções: Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.776,62	R\$ 2.859,92	R\$ 2.945,71	R\$ 3.034,08	R\$ 3.125,11	R\$ 3.218,86	R\$ 3.315,43
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 3.414,89	R\$ 3.517,34	R\$ 3.622,86	R\$ 3.731,54	R\$ 3.843,49	R\$ 3.958,79	R\$ 4.077,56

VB - 09						
Cargo: Profissional em Medicina - (PeM)						
Funções: Cardiologista, Clínico Geral, Dermatologista, Endocrinologista, Geriatria, Ginecologista, Infectologista, Oftalmologista, Oncologista, Ortopedista, Otorrinolaringologista, Pediatria, Pneumologista, Psiquiatra, Radiologista, Trabalho, Urologista						
20 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 4.240,00	R\$ 4.367,20	R\$ 4.498,22	R\$ 4.633,16	R\$ 4.772,16	R\$ 4.915,32	R\$ 5.062,78
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 5.214,67	R\$ 5.371,11	R\$ 5.532,24	R\$ 5.698,21	R\$ 5.869,15	R\$ 6.045,23	R\$ 6.226,58
24 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 4.770,00	R\$ 4.913,10	R\$ 5.060,49	R\$ 5.212,31	R\$ 5.368,68	R\$ 5.529,74	R\$ 5.695,63
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 5.866,50	R\$ 6.042,49	R\$ 6.223,77	R\$ 6.410,48	R\$ 6.602,80	R\$ 6.800,88	R\$ 7.004,91
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 6.360,00	R\$ 6.550,80	R\$ 6.747,32	R\$ 6.949,74	R\$ 7.158,24	R\$ 7.372,98	R\$ 7.594,17
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 7.822,00	R\$ 8.056,66	R\$ 8.298,36	R\$ 8.547,31	R\$ 8.803,73	R\$ 9.067,84	R\$ 9.339,87
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 8.480,00	R\$ 8.734,40	R\$ 8.996,43	R\$ 9.266,32	R\$ 9.544,31	R\$ 9.830,64	R\$ 10.125,56
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 10.429,33	R\$ 10.742,21	R\$ 11.064,48	R\$ 11.396,41	R\$ 11.738,30	R\$ 12.090,45	R\$ 12.453,17



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

LEI Nº. 4684/2022 - DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

ANEXO IV - CONTINUAÇÃO

VB - 10						
Cargo: Profissional em Odontologia - (PeO)						
Funções: Odontólogo						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 3.702,16	R\$ 3.813,22	R\$ 3.927,62	R\$ 4.045,45	R\$ 4.166,81	R\$ 4.291,81	R\$ 4.420,57
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 4.553,18	R\$ 4.689,78	R\$ 4.830,47	R\$ 4.975,39	R\$ 5.124,65	R\$ 5.278,39	R\$ 5.436,74
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 5.553,24	R\$ 5.719,84	R\$ 5.891,44	R\$ 6.068,18	R\$ 6.250,23	R\$ 6.437,73	R\$ 6.630,86
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 6.829,79	R\$ 7.034,68	R\$ 7.245,72	R\$ 7.463,10	R\$ 7.686,99	R\$ 7.917,60	R\$ 8.155,13

VB - 11						
Cargo: Profissional em Veterinária - (PeV)						
Funções: Veterinário						
30 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 2.776,62	R\$ 2.859,92	R\$ 2.945,71	R\$ 3.034,08	R\$ 3.125,11	R\$ 3.218,86	R\$ 3.315,43
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 3.414,89	R\$ 3.517,34	R\$ 3.622,86	R\$ 3.731,54	R\$ 3.843,49	R\$ 3.958,79	R\$ 4.077,56
40 horas						
A	B	C	D	E	F	G
R\$ 4.627,71	R\$ 4.766,54	R\$ 4.909,53	R\$ 5.056,82	R\$ 5.208,52	R\$ 5.364,78	R\$ 5.525,72
H	I	J	K	L	M	N
R\$ 5.691,49	R\$ 5.862,24	R\$ 6.038,11	R\$ 6.219,25	R\$ 6.405,83	R\$ 6.598,00	R\$ 6.795,94

Em: 13/04/2023



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 4837/2023

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº. 4684/2022 E
LEI Nº. 4823/2023 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do art. 88, Inciso V, da Lei Orgânica do Município - LOM, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º. Cria e insere o **Anexo I – L**, no Anexo I, constante da Lei Nº. 4684/2022, que passará a integrar a **RELAÇÃO DOS CARGOS E FUNÇÕES**, transpondo a função de Agente de Saúde Pública atualmente integrante do cargo de Técnico Operacional em Saúde (**TOS – B**), para o cargo/função de Técnico Operacional em Saúde (**TOS - D**) / Agente de Saúde Pública e que terá a seguinte redação:

Anexo I - L		
RELAÇÃO DOS CARGOS E FUNÇÕES - TÉCNICO OPERACIONAL EM SAÚDE D		
Cargo	Função	Quantitativo
Técnico Operacional em Saúde I (TOS - D)	Agente de Saúde Pública	20

Art. 2º. O Cargo de Provimento Efetivo criado pelo Art. 1º, desta lei, passará a integrar os Arts. 5º e 6º da Lei Nº. 4684/2022 – **DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI**, sendo identificado pelo Número de ordem 12 (doze), que, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 5º. Os cargos públicos pertencentes à Secretaria Municipal da Saúde de Guarapari serão providos por servidores convocados mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, assim denominados:

Nº DE ORD.	NOME DO CARGO	REFERÊNCIA	ANEXO
01	Agente de Atendimento em Saúde - A	AAS-A	I - A
02	Agente de Atendimento em Saúde – B	AAS-B	I - B



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

03	Técnico Operacional em Saúde A	TOS - A	I - C
04	Técnico Operacional em Saúde B	TOS - B	I - D
05	Técnico Operacional em Saúde C	TOS - C	I - E
06	Profissional Especialista em Saúde – A	PES - A	I - F
07	Profissional Especialista em Saúde – B	PES - B	I - G
08	Profissional Especialista em Saúde – C	PES - C	I - H
09	Profissional em Medicina	PeM	I - I
10	Profissional em Odontologia	PeO	I - J
11	Profissional em Veterinária	PeV	I - K
12	Técnico Operacional em Saúde - D	TOS - D	I - L

Parágrafo Único. Os cargos mencionados no *caput* deste artigo possuem descrições e requisitos específicos que estão distribuídos em diversas funções relacionadas no Anexo II, desta Lei.

Art. 6º. Os vencimentos dos cargos criados por esta Lei, serão escalonados em níveis representados por letras em ordem alfabética, identificados nas Tabelas de Vencimentos Básicos e Níveis constantes dos anexos IV - VB- 01 a VB- 12. ”

Art. 3º. O Art. 13 da Lei Nº. 4684/2022, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 13.** Vencimento é a retribuição pecuniária atribuída ao Servidor Público pelo efetivo exercício do cargo público, cujo valor é fixado nas Tabelas de Vencimentos Básicos e Níveis, constantes do Anexos IV (VB – 01 a VB – 12), parte integrante desta Lei. ”

Art. 4º. Exclui a função de Agente de Saúde Pública do Cargo Técnico Operacional em Saúde B (TOS – B), constante da redação original do Anexo VB – 04, integrante do Anexo IV da Lei Nº. 4684/2022 e da Nº. Lei Nº. 4823/2023, com transposição para o **ANEXO VB – 12**, do Anexo IV, e, terá a seguinte redação:

ANEXO IV

TABELAS DE VENCIMENTOS BÁSICOS (VB) E NÍVEIS

VB - 12

CARGO	FUNÇÃO	NÍVEL	VENCIMENTO 30H	VENCIMENTO 40H
Técnico Operacional em Saúde D (TOS - D)	Agente de Saúde Pública	A	2.034,00	2.640,00
		B	2.095,02	2.719,20
		C	2.157,87	2.800,78
		D	2.222,61	2.884,80
		E	2.289,28	2.971,34
		F	2.357,96	3.060,48
		G	2.428,70	3.152,30
		H	2.501,56	3.246,87
		I	2.576,61	3.344,27



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

		J	2.653,91	3.444,60
		K	2.733,53	3.547,94
		L	2.815,53	3.654,38
		M	2.900,00	3.764,01
		N	2.987,00	3.876,93

Art. 5º. O Art. 4º da Lei Nº. 4684/2022, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art.4º - Integram o Plano de Cargos e Vencimentos os seguintes anexos:

- I – Relação de Cargos, Funções e Quantitativos - Anexos I (de I - A até I – L);
- II – Requisitos e Atividades dos Cargos e Funções - Anexo II;
- III – Tabela de Pontuação da Progressão por Aperfeiçoamento – Anexo III;
- IV _ Tabelas de Vencimentos Básicos e Níveis – Anexo IV (VB 01 a VB 12);
- V – Tabela de Gratificações – Anexo V;
- VI – Alteração nos cargos e funções – Anexo VI.”

Art. 6º. Exclui a função de **Agente de Saúde Pública** do Cargo Técnico Operacional em Saúde B (TOS – B), constante da redação original do Anexo II, da Lei Nº. 4684/2022, cujo anexo II - **REQUISITOS E ATIVIDADES DOS CARGOS E FUNÇÕES**, passará a vigor acrescido do cargo/função de **Técnico Operacional em Saúde D/ Agente de Saúde Pública**, com a seguinte redação:

“ANEXO II

REQUISITOS E ATIVIDADES DOS CARGOS E FUNÇÕES

CARGO: TÉCNICO OPERACIONAL EM SAÚDE - D – REF: TOS - D

REQUISITOS:

- Ensino médio e/ou médio profissionalizante completo, requerendo a aquisição de conhecimentos adicionais conforme determinado na função ocupada.
- Registro no respectivo Órgão Regulador, quando houver.
- Demais requisitos serão especificados em edital de abertura de concurso público.

Função: AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA

Atividades:



**MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

- Executar os trabalhos de inspeção aos estabelecimentos ligados à industrialização e comercialização de produtos alimentícios, entre outros estabelecimentos para proteger a saúde da coletividade.
- Visitar domicílios para acompanhamento e orientação quanto ao controle de epidemias, bem como fazer visitas às pessoas atingidas por epidemias.
- Verificar as condições de higiene e limpeza das áreas determinadas.
- Efetuar a captura de animais que se encontram nas ruas do Município.
- Auxiliar no serviço dos veterinários.
- Participar nas campanhas de vacinação.
- Desempenhar outras atividades correlatas à sua função.

Habilitação: Ensino Médio ou Profissionalizante Completo"

Art. 7º. Os Servidores atualmente ocupantes do cargo/função de Técnico Operacional em Saúde TOS - B/Agente de Saúde Pública, com carga horária de 30 ou 40 horas semanais, serão enquadrados dentro da Tabela de Vencimentos Básicos e Níveis, constante do anexo VB - 12, em novo cargo (**Técnico Operacional em Saúde D / TOS - D**), na função **Agente de Saúde Pública**, no nível, cujos vencimentos sejam iguais ou imediatamente superior do cargo anterior.

Art. 8º. O setor responsável pela Gestão de Recursos Humanos do Município apresentará ao Chefe do Poder Executivo, no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, proposta de enquadramento funcional, a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 9º. Permanecem inalterados os demais dispositivos das Leis N°s 4684/2022 e 4823/2023.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guarapari – ES, 07 de julho de 2023.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Em: 28 SET. 2023



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

LEI N°. 4871/2023

**AUTORIZA A CONCEDER
COMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA AOS
VENCIMENTOS BÁSICOS DOS
PROFISSIONAIS QUE INTEGRAM
SERVIÇO DE ENFERMAGEM DA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER
EXECUTIVO MUNICIPAL PARA FINS DE
CUMPRIMENTO À LEI FEDERAL N°
14.434/2022, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do art. 88, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município - LOM, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica a Administração Direta do Poder Executivo autorizada a conceder a complementação financeira oriunda da Assistência da União, objetivando equiparação ao Piso Nacional da Categoria de Enfermagem, previsto na Lei Federal N°. 14.434/2022 e na **ADI n.7222/STF (COMPL/PISO/ENFERM)** sobre os vencimentos básicos dos seguintes cargos/funções: Profissional Especialista em Saúde B/**Enfermeiro**, Profissional Especialista em Saúde B/**Enfermeiro do Trabalho**; Técnico Operacional em Saúde A/**Técnico em Enfermagem** e Agente de Atendimento em Saúde A/**Auxiliar de Enfermagem**, regidos pela Lei Municipal N°. 4684/2022.

§1º A complementação a ser concedida aos cargos/funções de que trata este artigo será realizada em conformidade com o valor estabelecido mensalmente pelo Ministério da Saúde (InvestSUS), para cada um dos profissionais contemplados pela Lei Federal N°. 14.434/2022, e permanecerá enquanto perdurar a assistência financeira complementar repassada por parte do Governo Federal ao Município de Guarapari.

§2º. O pagamento da complementação financeira será condicionado ao repasse de recursos da União a título de assistência financeira complementar vinculados para esse fim, nos termos dos §§ 14 e 15 do Art. 198 da Constituição Federal.

§3º. O descumprimento do envio dos recursos pela União não gera responsabilidade do Município no cumprimento do piso salarial nacional, ficando a complementação suspensa até a regularização do repasse.

§4º. A complementação financeira será paga até o limite da assistência financeira complementar de que trata o *caput*.



MUNICIPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPIRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º. Para efeito, desta Lei, considera-se o piso nacional dos enfermeiros o valor de R\$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais) fixado pela Lei Federal Nº. 14.434/2022, à razão de 44h/semanais, com a proporcionalidade abaixo:

PISO NACIONAL 44H/SEMANAIS Lei Nº. 14.434/2022	PISO NACIONAL 44H/SEMANAIS Lei Nº. 14.434/2022	PISO PROPORCIONAL 40H/SEMANAIS	PISO PROPORCIONAL 30H/SEMANAIS
ENFERMEIRO e ENFERMEIRO DO TRABALHO	R\$ 4.750,00	R\$ 4.318,20	R\$ 3.238,70
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	R\$ 3.325,00	R\$ 3.022,80	R\$ 2.267,10
AUXILIAR DE ENFERMAGEM	R\$ 2.375,00	R\$ 2.159,10	R\$ 1.619,40

Art. 3º. O primeiro repasse será composto dos valores referentes aos meses de maio, junho, julho e agosto/2023, na forma do Art. 3º, inciso I, da Portaria GM/MS Nº. 1.135, de 16/08/2023, do Ministério da Saúde – **MS**, ou outro ato normativo que vier a sucedê-la.

Art. 4º. Para as competências de setembro, outubro, novembro e dezembro/2023, deverão ser observados os procedimentos descritos pelo Art. 3º, inciso II, da Portaria GM/MS Nº. 1.135, de 16/08/2023, do Ministério da Saúde – **MS**, ou outro ato normativo que vier a sucedê-la.

Art. 5º. Para as competências e exercícios subsequentes fica autorizada a Administração Direta do Poder Executivo a aplicar a complementação em conformidade com os cálculos dos repasses efetuados pelo Governo Federal.

Art. 6º. Fica a Secretaria Municipal da Saúde (**SEMSA**), do Município de Guarapari, responsável por enviar os dados atualizados dos profissionais definidos pela Lei Federal Nº. 14.434/2022 e pelos critérios e procedimentos atualmente exercidos pela Portaria GM/MS Nº. 1.135, de 16/08/2023, do Ministério da Saúde – **MS**, no sistema do InvestSUS, periodicamente, apontando eventuais alterações dos vínculos de profissionais da enfermagem e das estruturas remuneratórias.

Parágrafo Único. A atualização de que trata o *caput* deste artigo será de acordo com as orientações técnicas demandadas pelo Ministério da Saúde – **MS**.

Art. 7º. O disposto nesta Lei não se aplica aos demais cargos/funções de provimento efetivo ou em comissão.

Art. 8º. O pagamento do valor estabelecido nos artigos anteriores será efetuado por meio de complementação remuneratória a ser discriminada em contracheque, parcela que não integrará os vencimentos do servidor nem será utilizada como base de cálculo para quaisquer benefícios ou adicionais previstos na legislação municipal.



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 9º. Para cumprimento do disposto nesta Lei, fica a Administração Direta do Poder Executivo autorizada a proceder abertura de crédito adicional no presente exercício financeiro (2023), por ato próprio, indicando a importância, a origem do recurso financeiro, a espécie e classificação orçamentária da despesa, nos moldes da Lei Federal Nº. 4320/1964 e Lei Complementar Federal Nº. 101/2000.

Parágrafo Único. Procedida a abertura do Crédito Adicional de que trata este artigo, o ato administrativo, será encaminhado ao Poder Legislativo Municipal, até o dia 15 do mês subsequente, pelo órgão responsável pelos lançamentos orçamentário e contábil da Município de Guarapari.

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Guarapari – ES. 25 de setembro de 2023.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Projeto de Lei (PL)
Autoria do PL Nº. 172/2023: Poder Executivo Municipal
Processo Administrativo Nº. 25.823/2023

03 ABR. 2023

Em: _____



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº. 136/2023

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 102/2017, QUE DISPÕE
SOBRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do art. 88, Inciso V, da Lei Orgânica do Município - LOM, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica criado o cargo de provimento em comissão de **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, Referência **PC-04**, no âmbito da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Recursos Humanos – **SEMAD** e Secretaria Municipal da Educação – **SEMED**, constante na Lei Complementar Nº. 102/2017 – Estrutura Organizacional Administrativa do Município de Guarapari.

Parágrafo Único. A descrição do cargo, número de cargos, síntese das atribuições, requisitos e vencimento mensal do cargo criado no **caput** deste artigo, constam no Anexo I, desta Lei.

Art. 2º. O Agente de Contratação é pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos do quadro permanente da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

I - O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe;

II - A equipe de apoio será nomeada pelo prefeito e será composta por no mínimo 2 (dois) servidores, preferencialmente estáveis do quadro permanente da Administração Pública;

III - Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão, formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 4º. Ficam criadas, no âmbito da Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Recursos Humanos – SEMAD e Secretaria Municipal da Educação – SEMED, as Comissões de Contratação abaixo discriminadas, formadas por, no mínimo 03 (três) agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial:

I. Comissão Permanente de Contratação – CPC, tem como finalidade a realização dos procedimentos licitatórios que envolvam bens ou serviços especiais e terá a seguinte estrutura organizacional:

Presidente – Servidor, preferencialmente efetivo, designado pelo Chefe do Poder Executivo para condução dos trabalhos da Comissão.

Equipe de Apoio – Composta por, no mínimo 02 (dois) agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial.

II. Comissão de Contratação Direta – CCD, tem como finalidade a realização das contratações diretas, previstas no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 e terá a seguinte estrutura organizacional:

Agente de Contratação Direta – servidor efetivo, designado pelo Chefe do Poder Executivo para condução dos trabalhos da Comissão.

Equipe de Apoio – composta por, no mínimo 02 (dois) agentes públicos indicados pela Administração em caráter permanente ou especial.

III. Comissão de Pregão – CP, tem como finalidade a realização das contratações de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento seja o menor preço ou maior desconto e terá a seguinte estrutura organizacional:

Agente de Contratação/Pregoeiro - Servidor efetivo, designado pelo Chefe do Poder Executivo para condução dos trabalhos da Comissão.

Equipe de Apoio – Composta por, no mínimo 02 (dois) agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial.

Art. 6º. Caberá à **Comissão Permanente de Contratação – CPC**, entre outras atribuições:

I - substituir o agente de contratação, nos termos do Art. 2º desta Lei, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais, que assim o exigir.

II - conduzir a licitação na modalidade diálogo competitivo, observado, no que couber, o disposto nesta Lei;

III - receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares, previstos no Art. 78 da Lei nº. 14.133/2021.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 1º. Na licitação na modalidade Diálogo Competitivo, que dispõe o inciso II, a comissão será composta de pelo menos 3 (três) servidores, a serem designados em consonância com o Art. 2º, III, desta Lei.

§ 2º. Desde que devidamente justificada no âmbito do processo administrativo, o Agente de Contratação poderá solicitar ao Secretário Municipal de Administração e Gestão de Recursos Humanos, ou órgão equivalente, a convocação provisória de um membro adicional para auxiliar nos trabalhos da comissão, para as licitações de maior complexidade que exijam profissionais com conhecimentos técnicos relacionados ao objeto do pedido.

Art. 7º. A Comissão Permanente de Contratação poderá solicitar manifestação técnica do órgão de assessoramento jurídico, bem como do órgão de controle interno, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 8º. O inciso III do Art. 7º, da Lei Complementar Nº. 102/2017, passa a ter a seguinte redação

“Art. 7º - ...

III. Comissão Permanente de Contratação – **CPC**;

...”

Art. 9º. Fica revogado o inciso III do Art. 14 da Lei Complementar Nº. 102/2017, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 14...

III – **REVOGADO**.

....”

Art. 10. O Art. 16 da Lei Nº. 4685/2022, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 16. ...

I – Gratificação por participar em Comissão Especial e Permanente, Equipe de Apoio e Comissão para Análise de Projetos - **GPC**;

...”

Art. 11. O Anexo V da Lei Nº. 4685/2022, passa a ter a seguinte redação:



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

“ANEXO V

**GRATIFICAÇÃO POR PARTICIPAÇÃO EM COMISSÃO ESPECIAL E
PERMANENTE, EQUIPE DE APOIO E COMISSÃO PARA ANÁLISE DE PROJETOS
– GPC e GRATIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – GRT/SEMOP**

ITEM	REFERÊNCIA	VALOR DA GRATIFICAÇÃO
01	Presidente da Comissão Permanente de Contratação	R\$ 800,00
02	Pregoeiro /Agente de Contratação Direta	R\$ 800,00
03	Membro da Comissão Permanente de Contratação	R\$ 450,00
04	Presidente de Comissão Permanente de Cadastro	R\$ 800,00
05	Membros de Comissão Permanente de Cadastro	R\$ 450,00
06	Presidente da Comissão Especial de Leilão	R\$ 450,00
07	Membro da Comissão Especial de Leilão	R\$ 450,00
08	Presidente de Comissão Permanente de Inquérito Administrativo	R\$ 800,00
09	Membro de Comissão Permanente de Inquérito Administrativo	R\$ 400,00
10	Presidente de Comissão/Grupo Especial	R\$ 320,00
11	Membro de Comissão/Grupo Especial	R\$ 250,00
12	Presidente de Comissão de Análise de Projetos (SEMAP)	R\$ 400,00
13	Membros de Comissão de Análise de Projetos (SEMAP)	R\$ 320,00
14	Gratificação de Responsabilidade Técnica (GRT/SEMOP) aos servidores ocupantes do cargo/função de Profissional de Engenharia e Arquitetura – Função: Engenheiro, quando desempenham funções de fiscalizações.	R\$ 1.800,00

Art. 12. As Comissões citadas nos incisos I, II e III de que trata o art. 4º, ficarão responsáveis pelos processos licitatórios da Administração Direta do Poder Executivo e, facultativamente e excepcionalmente, no que couber, nos procedimentos administrativos licitatórios do Órgão da Administração Indireta representada pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Guarapari – IPG.

Art. 13. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, respeitadas as limitações constitucionais, a regulamentar por Decreto a organização, a adequação da estrutura, a distribuição, as atribuições e o funcionamento dos órgãos da Administração Pública Municipal, desde que não impliquem aumento de despesa.

Art. 14. Altera-se a denominação do cargo de provimento em comissão de Supervisão Administrativa e de Procedimentos Licitatórios, Referência PC-5, da



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Secretaria Municipal da Educação – **SEMED** para Supervisão Administrativa
Referência **PC-5**, da Secretaria Municipal da Educação – **SEMED**.

Art. 15. Altera-se a denominação do cargo de provimento em comissão de Coordenação de Procedimentos Licitatórios - Referência **PC-6**, da Secretaria Municipal da Educação – **SEMED** para Coordenação de Procedimentos Administrativos Referência **PC-6**, da Secretaria Municipal da Educação – **SEMED**

Art. 16. Altera-se a denominação do cargo de provimento em comissão de Subcoordenação de Procedimentos Licitatórios - Referência **PC-7**, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Recursos Humanos – **SEMAD** para Subcoordenação de Procedimentos Administrativos Referência **PC-7**, da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Recursos Humanos – **SEMAD**.

Art. 17. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a abrir crédito adicional especial, se necessário, para atender às despesas decorrentes da implementação desta Lei Complementar.

Art. 18. Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Complementar Nº. 102/2017 e da Lei Nº. 4685/2022, e as alterações aqui praticadas serão insertas nos textos originais, como se nelas estivessem transcritas.

Art. 19. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Guarapari - ES, 23 de março de 2023.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO I

CARGO	REFERÊNCIA	ÁREA DE ATUAÇÃO	Nº DE CARGOS	VENCIMENTO MENSAL (R\$)
AGENTE DE CONTRATAÇÃO	PC-4	SEMAD	02	R\$ 3.500,00
AGENTE DE CONTRATAÇÃO	PC-4	SEMED	01	R\$ 3.500,00

SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

a) Tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom funcionamento do certame até a homologação, em todas as modalidades de licitação previstas na legislação federal, inclusive em contratações diretas; podendo atuar como Presidente da Comissão de Contratação, entre outras atividades, tais como:

- 1) Coordenar e conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- 2) Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos;
- 3) Iniciar e conduzir a sessão pública de licitação;
- 4) Receber e examinar credenciais e proceder credenciamentos dos interessados;
- 5) Receber e examinar a declaração dos licitantes dando ciência da regularidade quanto às condições de habilitação;
- 6) Verificar a conformidade da proposta em relação ao requisito estabelecidos no Edital;
- 7) Coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;
- 8) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- 9) Processar e assegurar o regular processamento das contratações diretas por dispensa e inexigibilidade de licitação, quando determinado pela Autoridade competente.
- 10) Conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;
- 11) Sanear possíveis falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;
- 12) Receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;
- 13) Proceder à classificação dos proponentes depois de encerrados os lances;
- 14) Indicar o vencedor do certame;
- 15) Indicar a proposta ou lance de menor preço e a sua aceitabilidade;
- 16) No caso de licitação presencial, receber envelopes das propostas de preço e dos documentos de habilitação, proceder à abertura dos envelopes das propostas de preço, ao seu exame e à classificação dos proponentes;



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

- 17) Elaborar, em parceria com a equipe de apoio, a ata de sessão de licitação;
- 18) Instruir e conduzir os procedimentos auxiliares e os procedimentos para contratação direta;
- 19) Encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e possível contratação;
- 20) Propor à autoridade competente a revogação ou anulação da licitação;
- 21) Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 22) Inserir os dados referentes ao procedimento licitatório e/ou contratação direta no Portal Nacional de Contratação Públicas (**PNCP**), no sítio oficial da Administração Pública;
- 23) Providenciar as publicações oficiais previstas em lei, quando não houver setor responsável por estas atribuições;
- 24) Outras atividades correlatas.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 138/2023

REGULAMENTA O DISPOSTO NO § 3º DO ART. 8º DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, PARA DISPOR SOBRE AS REGRAS PARA A ATUAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E DA EQUIPE DE APOIO, O FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E A ATUAÇÃO DOS GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS NO ÂMBITO CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI/ES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Esta Lei Complementar regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, do pregoeiro, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Poder Legislativo do Município de Guarapari-ES.

Art. 2º. O disposto nesta Lei Complementar abrange exclusivamente as compras e contratações do Poder Legislativo Municipal, não se estendendo aos órgãos da administração direta do Poder Executivo Municipal de Guarapari-ES, autarquias, fundações, fundos especiais, que existam ou venham a ser instituídos, e às demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Executivo.

Art. 3º. Para a consecução dos objetivos desta Lei Complementar, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

**CAPÍTULO II
DOS AGENTES QUE ATUAM NO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**

Art. 4º. A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será designado pelo presidente da Câmara Municipal de Guarapari-ES, por ato próprio, em caráter permanente ou especial, conforme disposto no art. 8º da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º O agente de contratação devidamente designado fará jus ao recebimento de Função Gratificada – FG 06, nos termos da Lei Municipal nº 2559/2005.

Art. 5º. O servidor designado como agente de contratação, deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) ser servidor efetivo da Câmara Municipal de Guarapari-ES;
- b) ter atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público;
- c) não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da administração nem ter, com eles, vínculo de parentesco, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou ainda vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil;

§ 1º O agente de contratação será auxiliado, na fase externa, por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º A equipe de apoio do agente de contratação será formada por no mínimo três servidores e no máximo seis servidores, preferencialmente efetivos, pertencentes aos quadros da Câmara Municipal de Guarapari-ES.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 3º Quando não for possível atender ao previsto no parágrafo anterior, a equipe de apoio do agente de contratação deverá ser composta por pelo menos um servidor efetivo pertencente aos quadros da Câmara Municipal de Guarapari-ES.

§ 4º Os membros da equipe de apoio do agente de contratação serão nomeados pelo presidente da Câmara Municipal de Guarapari-ES, por ato próprio, e deverão preencher os requisitos das alíneas b e c do *caput* do art. 5º desta Lei Complementar.

§ 5º Os membros da equipe de apoio do agente de contratação devidamente designados farão jus ao recebimento de gratificação correspondente a 60% (sessenta por cento) do vencimento do cargo CCL-6, nos termos do Artigo 7º, §1º da Lei Complementar 134/2023, de 04 de janeiro de 2023.

Art. 6º. Nas licitações realizadas pela modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

§1º O pregoeiro será nomeado pelo presidente da Câmara Municipal de Guarapari-ES, por ato próprio, e deverá preencher os requisitos das alíneas a, b e c do *caput* do art. 5º desta Lei Complementar.

§ 2º O Pregoeiro devidamente designado fará jus ao recebimento de Função Gratificada – *FG 06*, nos termos da Lei Municipal nº 2559/2005.

§ 3º O pregoeiro será auxiliado, na fase externa, por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 4º A equipe de apoio do pregoeiro mencionada no parágrafo anterior será formada por no mínimo três servidores e no máximo seis servidores, preferencialmente efetivos, pertencentes aos quadros da Câmara Municipal de Guarapari-ES.

§ 4º Quando não for possível atender ao previsto no parágrafo anterior, a equipe de apoio do pregoeiro deverá ser composta por pelo menos um servidor efetivo pertencente aos quadros da Câmara Municipal de Guarapari-ES.

§ 5º Os membros da equipe de apoio do Pregoeiro serão nomeados pelo presidente da Câmara Municipal de Guarapari-ES, por ato próprio, e deverão preencher os requisitos das alíneas b e c do *caput* do art. 5º desta Lei Complementar.

§ 6º Os membros da equipe de apoio do Pregoeiro devidamente designados farão jus ao recebimento de gratificação correspondente a 60% (sessenta por



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

cento) do vencimento do cargo CCL-6, nos termos do Artigo 7º, §1º da Lei Complementar 134/2023, de 04 de janeiro de 2023.

Art. 7º. Em caso de substituição temporária do Agente de Contratação e/ou Pregoeiro por período superior a 15 (quinze) dias, o suplente, que deverá ser servidor efetivo participante da equipe de apoio, receberá o valor integral da Função Gratificada – FG 06 prevista na Lei Municipal nº 2559/2005, não podendo receber cumulativamente nesse período de substituição a gratificação pela participação em equipe de apoio.

Art. 8º. Na licitação na modalidade diálogo competitivo, deverá ser nomeada, em caráter especial, uma Comissão de Contratação composta por pelo menos três servidores efetivos que deverão preencher os requisitos das alíneas b e c do *caput* do art. 5º desta Lei Complementar, admitida a contratação de profissionais para assessoramento técnico da comissão.

Parágrafo único. Caberá à comissão de contratação encarregada de conduzir o diálogo competitivo, no que couber, as atribuições listadas no art. 6º desta Lei Complementar, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.

**CAPÍTULO III
DA ATUAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO**

Art. 9º. Caberá ao agente de contratação, e, ao pregoeiro quando a modalidade licitatória for pregão:

I - tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades de contratações, descentralizadas ou não, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;

II - acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso, para que o calendário de contratação de que trata o inciso VII do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, seja cumprido, observado, ainda, o grau de prioridade da contratação; e

III - conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;

b) verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

- c) verificar e julgar as condições de habilitação;
- d) sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas; e
- e) encaminhar à comissão de contratação, quando for o caso:

01. os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021; e

02. os documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021;

f) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

g) indicar o vencedor do certame;

h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

i) encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.

§ 1º A atuação do agente de contratação na fase preparatória deverá ater-se ao acompanhamento e às eventuais diligências para o fluxo regular da instrução processual.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o agente de contratação estará desobrigado da elaboração de estudos preliminares, de projetos e de anteprojetos, de termos de referência, de pesquisas de preço e, preferencialmente, de minutas de editais.

Art. 10. A atuação do agente de contratação na fase preparatória deve se ater ao acompanhamento e às eventuais diligências para o bom fluxo da instrução processual, eximindo-se do cunho operacional da elaboração dos estudos preliminares, projetos e anteprojetos, termos de referência, pesquisas de preço e, preferencialmente, minutas de editais.

Art. 11. Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por no mínimo três membros, preferencialmente servidores efetivos, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 1º Os membros da Comissão de Contratação serão nomeados, em caráter especial, pelo presidente da Câmara Municipal de Guarapari-ES, por ato próprio, e deverão preencher os requisitos das alíneas b e c do *caput* do art. 5º desta Lei Complementar.

§ 2º A Comissão de Contratação deverá ser composta em sua maioria por servidores efetivos, sendo que seu presidente necessariamente deverá ser um servidor pertencente ao quadro permanente da Câmara Municipal de Guarapari-ES.

Art. 12. Caberá à comissão de contratação:

I - substituir o agente de contratação, observado o disposto no art. 8º, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços especiais, desde que atendidos os requisitos estabelecidos nos art. 5º e 7º;

II - Conduzir a licitação na modalidade diálogo competitivo, observado o disposto no art. 8º;

III - sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos de habilitação e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, e atribuir-lhes eficácia para fins de habilitação e de classificação; e

IV - Receber, examinar e julgar documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os requisitos estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único. Quando substituírem o agente de contratação, na forma prevista no inciso I do *caput*, os membros da comissão de contratação responderão solidariamente pelos atos praticados pela comissão, exceto o membro que expressar posição individual divergente, a qual deverá ser fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 13. A comissão de contratação contará com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade, nos termos do disposto no art. 14.

Art. 14. Na designação de agente público para atuar como fiscal ou gestor dos contratos de que tratam a Lei nº 14.133/2021, em especial o art. 7º combinado com o art. 117, a autoridade observará o seguinte:

I - a designação de agentes públicos deve considerar a sua formação acadêmica ou técnica, ou seu conhecimento em relação ao objeto contratado;



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

II - a segregação entre as funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea naquelas mais suscetíveis a riscos durante o processo de contratação;

III - previamente à designação, verificar-se-á o comprometimento concomitante do agente com outros serviços, além do quantitativo de contratos sob sua responsabilidade, com vistas a uma adequada fiscalização contratual.

Parágrafo único. As regras referentes à atuação dos fiscais e gestores dos contratos administrativos serão previstas em Instrução Normativa expedida pela Unidade Central de Controle Interno e pela Presidência da Câmara Municipal de Guarapari-ES.

Art. 15. Os agentes públicos nomeados na forma desta Lei Complementar, quando se fizer necessário, poderão obter o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Câmara Municipal de Guarapari-ES para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto na Lei nº 14.133/2021.

§ 1º O auxílio de que trata o *caput* se dará por meio de orientações gerais ou em resposta a solicitações de apoio, hipótese em que serão observadas as normas internas do órgão ou da entidade quanto ao fluxo procedimental.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º, a solicitação de auxílio ao órgão de assessoramento jurídico se dará por meio de consulta específica, que conterà, de forma clara e individualizada, a dúvida jurídica a ser dirimida.

Art. 16. As respectivas equipes de apoio e comissões nomeadas na forma deste capítulo deverão se reunir sempre que convocadas pelo agente de contratação, pregoeiro ou presidente de comissão para auxiliar no desenvolvimento das atividades necessárias à execução dos certames licitatórios a que são responsáveis.

Parágrafo único. Das reuniões de trabalho realizadas conforme o *caput* deste artigo, deverá ser lavrada ata acompanhada de lista de presença.

Art. 17. As nomeações previstas neste capítulo deverão ser precedidas da juntada de documentação que comprove que o agente público indicado atende aos requisitos previstos no art. 7º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Caberá ao setor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Guarapari manter em arquivo próprio as cópias dos atos de nomeações acompanhadas da documentação a que se refere o *caput* deste artigo.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 18. No ato de designação do agente de contratação, do pregoeiro, equipe de apoio e comissão de contratação, serão definidos os respectivos suplentes.

§ 1º O suplente do agente de contratação, do pregoeiro e do presidente da comissão de contratação deverá ser escolhido entre os membros da respectiva equipe de apoio/comissão.

§ 2º A substituição somente poderá ocorrer nos casos de afastamento temporário do titular e desde que o suplente seja notificado formalmente em tempo hábil, a fim de lhe dar condições para conduzir os processos de contratação em andamento.

§ 3º O suplente somente receberá o mesmo valor da gratificação do agente de contratação, do pregoeiro e do presidente da comissão de contratação quando efetivamente tenha substituído o titular.

Art. 19. O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o *caput*:

I - será avaliada na situação fática processual; e

II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

a) da consolidação das linhas de defesa; e

b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

Art. 20. O agente público designado para atuar na área de licitações e contratos e o terceiro que auxilie a condução da contratação, na qualidade de integrante de equipe de apoio, de profissional especializado ou de funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, deverão observar as vedações previstas no art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 21. Na hipótese da contratação de terceiros para assistir e para subsidiar os fiscais de contrato nos termos do disposto nesta Lei Complementar, será observado o seguinte:



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato; e

II - a contratação de terceiros não eximirá o fiscal do contrato da responsabilidade, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Art. 22. Para fins de atendimento e adequação aos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, fica alterado o Anexo II da Lei Complementar nº 134/2023, de 04 de janeiro de 2023, acrescentando o quantitativo de 05 (cinco) vagas ao cargo de Assessor Especial Júnior, referência CCL-08.

Art. 23. As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos e os indeferimentos aos requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato serão efetuados no prazo de um mês, contado da data do protocolo do requerimento, exceto se houver disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

§ 1º O prazo de que trata o *caput* poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que motivado.

§ 2º As decisões de que trata o *caput* serão tomadas pelo fiscal do contrato, pelo gestor do contrato ou pela autoridade superior, nos limites de suas competências.

Art. 24 As Gratificações ou Funções Gratificadas previstas nesta Lei Complementar não podem ser acumuladas com aquelas previstas nas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02.

Art. 25. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 26. Revogam-se disposições em contrário.

Guarapari – ES., 20 de abril de 2022.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Em: 13 / 07 / 2023



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 144/2023

**DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS NA
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Guarapari **APROVOU** ele **SANCIONA** a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Cria e insere na estrutura organizacional da **Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência e Cidadania – SETAC**, o seguinte Cargo de Provimento em Comissão:

I. Coordenação de Serviço de Acolhimento Familiar, Referência **PC-6**.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar modificações, através de Decreto, nas subordinações dos órgãos, cargos de provimento em comissão e nos objetivos e atribuições dos órgãos, que compõem a Estrutura Organizacional do Município.

Art. 3º. Respeitadas as limitações constitucionais, o Poder Executivo regulamentará por Decreto a organização, a reestruturação, a fusão, a incorporação, a absorção, a distribuição, redistribuição, a extinção, a denominação dos cargos e o funcionamento geral dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, disciplinada pela Lei Complementar Nº. 102/2017.

Art. 4º. Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Complementar Nº. 102/2017, e as alterações aqui praticadas serão insertas no texto original, como se nela estivesse transcrita.

Art. 5º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, gerando seus efeitos no primeiro dia do mês subsequente à sua publicação.

Guarapari – ES., 07 de julho de 2023.


EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Em: 13 / 12 / 2023



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 151/2023

**DISPÕE SOBRE O PLANO DE BENEFÍCIOS
PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE
GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O plano de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social - **RPPS** do Município de Guarapari, passa a ser regido nos termos desta Lei Complementar.

Parágrafo Único. A gestão do **RPPS** do Município de Guarapari é realizada pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari / ES - **IPG**, nos termos de legislação que regulamenta a matéria.

CAPÍTULO II

**DAS HIPÓTESES DE APOSENTADORIA
DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS**

SEÇÃO I

DAS APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

**SUBSEÇÃO I
DA REGRA GERAL**

Art. 2º Os servidores públicos municipais, ocupantes de cargos efetivos, serão aposentados voluntariamente, observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem;
- II - 25 (vinte e cinco) anos de contribuição;
- III - 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público; e
- IV - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

**SUBSEÇÃO II
DA APOSENTADORIA DOS SERVIDORES
QUE EXERCEM ATIVIDADES ESPECIAIS**

Art. 3º O servidor público municipal, ocupante de cargo efetivo, cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, será aposentado, observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - 60 (sessenta) anos de idade;
- II - 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição e contribuição;
- III - 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público; e
- IV - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

§ 1º No caso de o aposentado vir a exercer, na atividade pública ou privada, funções relativas a cargo, emprego ou função, submetidas a atividades especiais, será cancelada a sua aposentadoria, ressalvadas as situações de acumulação de cargo, emprego, ou função anteriores à concessão da aposentadoria.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º Não constitui prova do exercício da atividade especial prova meramente testemunhal, bem como a percepção do adicional de insalubridade ou periculosidade, em qualquer grau.

§ 3º Não será deferida revisão de benefício de aposentadoria em fruição, concedida com fundamento em outras regras.

§ 4º Será computado como atividade especial, o período em que o servidor estiver afastado do exercício real, para usufruir:

I - licença prêmio e férias regulamentares;

II- licenças para tratamento de saúde;

III - licença gestante, adotante e paternidade; e

IV - doação de sangue, alistamento como eleitor, falta abonada, participação em júri ou outros serviços obrigatórios, licença gala e nojo, estabelecidas na forma da lei.

§ 5º Não será computado como atividade especial o período de afastamento para tratar de interesse particular.

§ 6º O tempo de contribuição, devidamente comprovado, não computado como tempo especial, poderá ser utilizado no cálculo dos proventos da aposentadoria, desde que cumprido os requisitos previstos neste artigo.

§ 7º A aposentadoria dos servidores de que trata o **caput** deste artigo observará adicionalmente as condições e os requisitos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social - **RGPS**, naquilo em que não conflitam com as regras específicas aplicáveis ao **RPPS**, vedada a conversão do tempo especial em comum e vice-versa, em qualquer hipótese a partir da vigência da Emenda Constitucional - **EC Nº. 103/2019**.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

**SUBSEÇÃO III
DA APOSENTADORIA DO PROFESSOR**

Art. 4º O titular do cargo de provimento efetivo de professor será aposentado, observados, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I** - 60 (sessenta) anos de idade, se homem, aos 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher;
- II** - 25 (vinte e cinco) anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio;
- III** - 10 (dez) anos de efetivo exercício de serviço público; e
- IV** - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

§ 1º Considera-se funções de magistério, além da docência, a atividade exercida em unidade de ensino de educação básica no exercício das seguintes funções:

- I** - coordenação pedagógica, com o escopo de oferecer condições para que os professores possam trabalhar as propostas curriculares de forma coletiva, facilitando e auxiliando o professor no aprofundamento do conhecimento, na reflexão e crítica de suas práticas; e
- II** - direção escolar, com escopo de gerir a unidade escolar, na função de titular ou vice, de modo a assegurar as condições e recursos necessários ao pleno desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva de favorecer o constante aprimoramento da proposta educativa e execução das inerentes ações.

§ 2º Não se beneficiarão da redução de que trata este artigo os especialistas em educação e os servidores no exercício de funções meramente administrativas em que não seja obrigatória a participação de profissional de magistério.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 3º Será computado como tempo de magistério o período em que o servidor estiver readaptado, desde que suas funções sejam compatíveis com o conceito e critérios estabelecidos nos incisos anteriores.

§ 4º É vedada a conversão de tempo de magistério, exercido em qualquer época, em tempo comum e vice-versa.

§ 5º Será computado como tempo de contribuição nas funções de magistério, o período em que o servidor estiver afastado do exercício real, para usufruir:

- I - licença prêmio e férias regulamentares;
- II - licenças para tratamento de saúde.
- III - licença gestante, adotante e paternidade; e
- IV - doação de sangue, alistamento como eleitor, falta abonada, participação em júri ou outros serviços obrigatórios, licença gala e nojo, estabelecidas na forma da lei.

§ 6º Não será computado como atividade especial o período de afastamento para tratar de interesse particular.

**SUBSEÇÃO IV
DA APOSENTADORIA DO SERVIDOR COM DEFICIÊNCIA**

Art. 5º O servidor público municipal com deficiência, ocupante de cargo efetivo, será aposentado por:

I - tempo de contribuição, se cumprido, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público;
- b) 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;
- c) 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;
- d) 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada; e



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

e) 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve.

II - idade, se cumprido, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência;
- b) 10 (anos) de efetivo exercício no serviço público;
- c) 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria; e
- d) tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

§ 1º As definições relativas as deficiências grave, moderada e leve, a comprovação da condição de segurado com deficiência e para a avaliação da deficiência biopsicossocial, serão aquelas definidas em normativas do **RGPS**.

§ 2º A existência de deficiência anterior à data da vigência desta Lei Complementar deverá ser certificada, inclusive quanto ao seu grau, por ocasião da primeira avaliação, sendo obrigatória a fixação da data provável do início da deficiência.

§ 3º A comprovação de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência em período anterior à entrada em vigor desta Lei Complementar não será admitida por meio de prova exclusivamente testemunhal.

§ 4º Se o segurado, após a filiação ao **RPPS** do Município de Guarapari, tornar-se pessoa com deficiência, ou tiver seu grau de deficiência alterado, os parâmetros mencionados no *caput* deste artigo, serão proporcionalmente ajustados, considerando-se o número de anos em que o segurado exerceu atividade laboral sem deficiência e com deficiência, observado o grau de deficiência correspondente, conforme normativas referidas no § 2º deste artigo.

§ 5º A contagem recíproca do tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência relativo à filiação ao **RGPS**, ao **RPPS** do servidor público ou a regime de previdência militar, será feita decorrendo a compensação financeira entre os regimes.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 6º A redução do tempo de contribuição prevista nesta Lei Complementar não poderá ser acumulada, no tocante ao mesmo período contributivo, com a redução assegurada aos casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 7º O servidor que tenha ingressado em cargo efetivo até a data de entrada em vigor desta Lei Complementar, com deficiência, poderá aposentar-se observadas as disposições estabelecidas neste artigo.

§ 8º Para o cálculo dos proventos e os reajustes concedidos aos servidores com deficiência, deverá ser observado o disposto no § 10 do art. 13 desta Lei Complementar.

**SEÇÃO II
DAS APOSENTADORIAS POR INCAPACIDADE
PERMANENTE PARA O TRABALHO**

Art. 6º O servidor público municipal, ocupante de cargo efetivo, será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, após constatada esta condição em junta médica oficial do **IPG**.

§ 1º A aposentadoria por incapacidade permanente será concedida de ofício ou a requerimento do servidor, devendo o aposentado se submeter à realização de avaliações periódicas a cada 2 (dois) anos, para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria.

§ 2º Caso verificada que não mais subsistem as condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, o segurado será revertido no cargo em que foi aposentado ou em cargo ou função cujo exercício seja compatível com a capacidade física, mental ou emocional do segurado.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 3º A eventual doença ou lesão, comprovadamente estacionária, de que o segurado já era portador ao ingressar no serviço público municipal, não lhe conferirá direito à aposentadoria por incapacidade, salvo quando a incapacidade sobrevier, por motivo de progressão ou agravamento respectivo no desenvolvimento de suas atividades.

§ 4º Decreto do Executivo regulamentará as regras e critérios para a readaptação e reabilitação profissional nos termos desta Lei Complementar.

Art. 7º A aposentadoria por incapacidade permanente será concedida na data em que o laudo médico-pericial definir como início da incapacidade total e definitiva para o trabalho, sendo este o marco inicial da incapacidade, e vigorará, com efeitos legais e de direito, somente a partir da data da publicação do ato concessório correspondente.

§ 1º Ficam vedadas a incorporação de quaisquer vantagens estatutárias ou remuneratórias obtidas após a data em que laudo médico-pericial definir como início da incapacidade total e definitiva para o trabalho, bem como, a restituição das contribuições previdenciárias na qualidade de servidor ativo, até a conclusão do procedimento de aposentação e publicação do ato correspondente.

§ 2º O aposentado por incapacidade permanente que retornar à atividade terá sua aposentadoria automaticamente cessada a partir da data do ato concessório da reversão.

§ 3º Fica facultado ao servidor revertido, a qualquer tempo, requerer novo benefício em conformidade com esta Lei Complementar, assegurado, exclusivamente, como tempo de contribuição para fins de aposentação o período em que se manteve em fruição do benefício, sendo vedada a sua utilização para o alcance de quaisquer outras vantagens estatutárias ou remuneratórias.



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

Art. 8º O pagamento do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente decorrente de alienação mental ou doença equivalente, somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

Parágrafo Único. Os beneficiários que já se enquadram na situação descrita no caput, no advento desta Lei Complementar, deverão adequar-se aos requisitos deste artigo.

Art. 9º. O aposentado por incapacidade permanente, enquanto não completar 60 (sessenta) anos de idade, está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico bienalmente, a cargo do **IPG**.

Parágrafo Único. Será dispensado da perícia de que trata o **caput** deste artigo, o servidor aposentado por incapacidade permanente que:

- I - tenha 60 (sessenta) anos ou mais de idade;
- II - seja portador de síndrome da imunodeficiência adquirida;
- III - tenha 55 (cinquenta e cinco) anos ou mais de idade, desde que decorridos 15 (quinze) anos da data de concessão da sua aposentadoria por incapacidade permanente ou por invalidez.

Art. 10. As avaliações periódicas têm por objetivo verificar a continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, podendo ser autorizada sua realização na residência do beneficiário quando não puder se locomover, desde que residente no Município de Guarapari.

Art. 11. O aposentado que voltar a exercer atividade que denote a recuperação de capacidade laboral para o exercício das atribuições do cargo em que se deu a aposentadoria ou a possibilidade de sua readaptação, terá a aposentadoria por incapacidade permanente ou invalidez reavaliada, a pedido ou de ofício, assegurado sempre ao interessado o direito à ampla defesa e ao contraditório, podendo o benefício ser cancelado, hipótese em que o segurado será obrigado a restituir as importâncias indevidamente recebidas a título de aposentadoria, a partir da data em for comprovado o retorno do exercício às atividades laborais.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

**SEÇÃO III
DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA**

Art. 12. Os servidores titulares de cargo efetivo que completarem 75 (setenta e cinco) anos de idade serão aposentados compulsoriamente.

§ 1º O servidor deixará o exercício no dia em que atingir a idade limite, devendo o ato de aposentadoria observar a essa data, sendo-lhe facultada, a opção pelo benefício mais vantajoso caso tenha implementado os requisitos para aposentadoria voluntária até a data limite da compulsoriedade.

§ 2º Ficam vedadas a incorporação de quaisquer vantagens estatutárias ou remuneratórias obtidas após a data em que o servidor completar a idade limite descrita no *caput* deste artigo, bem como, a restituição das contribuições previdenciárias na qualidade de servidor ativo, até a conclusão do procedimento de aposentação e publicação do ato concessório correspondente.

**SEÇÃO IV
DO CÁLCULO DOS PROVENTOS DAS APOSENTADORIAS E DOS REAJUSTES**

Art. 13. Para cálculo dos proventos das aposentadorias previstas neste Capítulo, será utilizada a média aritmética simples dos salários de contribuição e das remunerações adotados como base para as contribuições ao **RPPS** e ao **RGPS**, ou como base para contribuições decorrentes das atividades militares de que tratam os art. 42 e 142 da Constituição Federal, atualizados monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1º O valor dos proventos de aposentadoria corresponderá a 60% (sessenta por cento) da média aritmética definida na forma do *caput* deste artigo, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição nas aposentadorias previstas nos artigos 2º, 3º e 4º desta Lei Complementar.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º Para o cálculo da média de que trata o **caput** deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão seus valores atualizados mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários de contribuição considerados no cálculo dos benefícios do **RGPS**.

§ 3º Poderão ser excluídas da média definida no **caput** deste artigo, exceto para as aposentadorias por incapacidade permanente, a critério do servidor, as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade estatutária e previdenciária, inclusive desaverbação.

§ 4º Na hipótese da não instituição de contribuição para o **RPPS** durante o período referido no **caput**, considerar-se-á, como base de cálculo dos proventos, as remunerações do servidor no cargo efetivo no mesmo período.

§ 5º A comprovação das remunerações utilizadas como base de contribuição para o cálculo dos proventos de aposentadoria de que trata o **caput** e os parágrafos anteriores, será efetuada mediante documento fornecido pelas entidades gestoras dos regimes de previdência ou pelos órgãos de pessoal, em relação aos quais o servidor esteve vinculado, ou, na falta, por outro documento público.

§ 6º Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas para o cálculo da média remuneratória, a que se refere o **caput**, não poderão ser:

- I - inferiores ao valor do salário-mínimo nacional;
- II - superiores aos valores dos limites máximos de remuneração no serviço público do respectivo ente; e
- III - superior ao limite máximo do salário de contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao **RGPS** ou ao Regime de Previdência Complementar - **RPC**.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 7º As remunerações, para efeito de cálculo de sua média remuneratória e para a concessão de benefícios nos termos do **caput**, correspondem às bases de contribuição previdenciária do servidor, definidas em lei específica.

§ 8º No caso de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, decorrente de acidente do trabalho, moléstia profissional ou do trabalho, prevista no art. 6º, desta Lei Complementar, o valor do benefício corresponderá a 100% (cem por cento) da média de que trata o **caput** do artigo anterior, e nos demais casos, aplica-se o disposto no § 1º deste artigo.

§ 9º Quando se tratar de aposentadoria compulsória, o valor dos proventos corresponderá ao resultado do tempo de contribuição dividido por 20 (vinte) anos, limitado a um inteiro, multiplicado pelo valor apurado na forma do § 1º deste artigo, ressalvado o caso de cumprimento de critérios de acesso para aposentadoria voluntária que resulte em situação mais favorável.

§ 10. No caso de aposentadoria do servidor com deficiência, o valor dos proventos corresponderá:

I - a 100% (cem por cento) da média aritmética definida na forma do **caput** deste artigo, no caso da aposentadoria de que trata o **caput** do artigo 5º; ou

II - a 70% (setenta por cento) do resultado da média aritmética definida na forma do **caput** deste artigo, mais 1% (um por cento) por grupo de 12 (doze) contribuições mensais até o máximo de 30% (trinta por cento), no caso da aposentadoria prevista no § 1º do artigo 5º.

§ 11. Os proventos de aposentadorias concedidas na conformidade do disposto no art. 12 desta Lei Complementar não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do artigo 201 da Constituição Federal.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 12. Os proventos de aposentadoria previstas neste Capítulo ficarão sujeitos, exclusivamente, ao reajuste anual, nas mesmas épocas e índices que se der o reajuste dos benefícios do **RGPS**.

Art. 14. Aplicar-se-á o limite máximo dos benefícios pagos pelo **RGPS** às aposentadorias e pensões por morte concedidas pelo **RPPS** do Município de Guarapari ao servidor titular de cargo efetivo que tiver ingressado no serviço público a partir da instituição do RPC e aos demais servidores que tiverem realizado a opção por este regime.

**CAPÍTULO III
DO DIREITO ADQUIRIDO ÀS APOSENTADORIAS**

Art. 15. A concessão de aposentadoria ao servidor público municipal, vinculado ao RPPS será assegurada, a qualquer tempo, desde que tenham sido cumpridos os requisitos para obtenção desse benefício até a data de entrada em vigor desta Lei Complementar, data em que será o marco legal da concessão do benefício, observados os critérios da legislação vigente na data em que foram atendidos os requisitos para a concessão da aposentadoria ou da pensão por morte.

§ 1º Os proventos de aposentadoria de que trata o *caput* deste artigo serão calculados e devidamente reajustados, de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios.

§ 2º Os servidores beneficiados na forma do *caput* deste artigo terão o cálculo de proventos pela totalidade da remuneração no cargo efetivo, na data do marco da aposentadoria, ficando vedados aos mesmos o acréscimo de quaisquer vantagens estatutárias ou remuneratórias obtidas após a vigência desta Lei Complementar.

§ 3º Para os reajustes das aposentadorias previstas neste artigo será observado o critério da paridade previsto no art. 7º, da **EC** nº 41/2003, ou do reajuste nos termos do **RGPS**, conforme o fundamento do benefício da aposentadoria.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 4º O servidor público municipal com direito adquirido que se enquadrar em outra regra de aposentadoria poderá optar pela que lhe for conveniente ficando seu benefício estabelecido pela regra vinculante.

§ 5º Ao servidor que opte pela aposentadoria nos termos do *caput* deste artigo, a qualquer tempo, com ou sem que tenha obtido o abono de permanência de que trata o art. 33 desta Lei Complementar, permanecerão devidas as contribuições previdenciárias previstas no plano de custeio do **RPPS** do Município de Guarapari, bem como a vedação de restituição das contribuições previdenciárias realizadas pelo servidor até sua opção pela aposentadoria, observado o caráter contributivo e solidário.

**CAPÍTULO IV
DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO PARA AS APOSENTADORIAS**

**SEÇÃO I
DA 1ª REGRA GERAL DE TRANSIÇÃO**

Art. 16. O servidor público municipal que tenha ingressado no serviço público, em cargo de provimento efetivo, vinculado ao **RPPS**, até a data de entrada em vigor desta Lei Complementar, poderá aposentar-se voluntariamente, quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I** - 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 62 (sessenta e dois) anos de idade, se homem.
- II** - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;
- III** - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;
- IV** - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e
- V** - somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 90 (noventa) pontos, se mulher, e 100 (cem) pontos, se homem.

Parágrafo único. A partir de 1º de janeiro de 2024, a pontuação a que se refere o inciso V do *caput* será acrescida a cada ano de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 100 (cem) pontos, se mulher, e de 105 (cento e cinco) pontos, se homem.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

**SEÇÃO II
DA 2ª REGRA GERAL DE TRANSIÇÃO**

Art. 17. O servidor público municipal que tenha ingressado no serviço público, em cargo de provimento efetivo, vinculado ao **RPPS**, até a data de entrada em vigor desta Lei Complementar, poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I** - 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem;
- II** - 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem;
- III** - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e
- IV** - período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor desta Lei Complementar, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II.

**SEÇÃO III
DA APOSENTADORIA DO PROFESSOR PELA REGRA DE TRANSIÇÃO**

Art. 18. Para o titular do cargo de professor que tenha ingressado no serviço público, em cargo de provimento efetivo, vinculado ao **RPPS**, até a data de entrada em vigor desta Lei Complementar e comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, os requisitos para aposentadoria serão, cumulativamente, os seguintes:

- I** - 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se homem;
- II** - 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, e 30 (trinta) anos de contribuição, se homem;
- III** - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;
- IV** - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e
- V** - somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 85 (oitenta e cinco) pontos, se mulher, e 95 (noventa e cinco) pontos, se homem.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Parágrafo Único. A partir de 1º de janeiro de 2024, a pontuação a que se refere o inciso V do **caput** será acrescida a cada ano de 1 (um) ponto, até atingir o limite de 92 (noventa e dois) pontos, se mulher, e de 100 (cem) pontos, se homem.

Art. 19. Para o titular do cargo de professor que tenha ingressado no serviço público, em cargo de provimento efetivo, vinculado ao RPPS, até a data de entrada em vigor desta Lei Complementar, poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - 52 (cinquenta e dois) anos de idade, se mulher, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se homem;
- II - 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, e 30 (trinta) anos de contribuição, se homem;
- III - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e
- IV - período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor desta Lei Complementar, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição referido no inciso II.

**SEÇÃO IV
DO CÁLCULO DOS PROVENTOS**

Art. 20. Os proventos das aposentadorias concedidas os termos dos artigos 16 e 18, desta Lei Complementar, corresponderão:

I - à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, para o servidor que tenha ingressado no serviço público, em cargo de provimento efetivo, com vinculação ao **RPPS**, até 31 de dezembro de 2003, e se aposente aos:

a) no mínimo, 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem; ou



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

b) 57 (cinquenta e sete) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem para os titulares do cargo de professor de que trata o art. 18 desta Lei Complementar;

II - a 60% (sessenta por cento) da média aritmética simples das remunerações adotadas como base para as contribuições aos regimes de previdência a que o servidor esteve vinculado, atualizadas monetariamente, correspondentes a todo o período contributivo, desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição, limitado a 100% (cem por cento), para o servidor público não contemplado no inciso I.

§ 1º Para o cálculo da média de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, aplicam-se as disposições constantes no art. 13 desta Lei Complementar.

§ 2º Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria de que trata o inciso I, do **caput**, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em lei, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes e das incorporações efetivadas até 12 de novembro de 2019, observados os seguintes critérios:

I - se o cargo estiver sujeito a variações na carga horária, o valor das rubricas que refletem essa variação integrará o cálculo do valor da remuneração do servidor público no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, considerando-se a média aritmética simples dessa carga horária proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria;

II - se o vencimento do cargo estiver sujeito ao cálculo por hora, horas-aulas ou plantões, será considerada remuneração a média desses eventos, correspondente ao período desde a data de nomeação no cargo efetivo até a data da concessão do benefício; e



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

III - se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor dessas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo mediante a aplicação, sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis, da média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e de respectiva contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria ou, se inferior, ao tempo total de percepção da vantagem.

§ 3º Poderão ser excluídas da média de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, a critério do servidor, as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade previdenciária.

§ 4º Para o servidor que tenha optado pela previdência complementar, na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal, a remuneração observará o limite estabelecido para os benefícios do **RGPS**.

§ 5º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do artigo 201 da Constituição Federal.

Art. 21. Os proventos dos servidores que se aposentarem na conformidade dos arts. 17 e 19 desta Lei Complementar, corresponderão:

I - à totalidade da remuneração no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, para o servidor que tenha ingressado no serviço público, em cargo de provimento efetivo, com vinculação ao **RPPS**, até 31 de dezembro de 2003; ou

II - a 100% (cem por cento) da média aritmética simples das remunerações adotadas como base para as contribuições aos regimes de previdência a que o servidor esteve vinculado, atualizadas monetariamente, correspondentes a todo o período contributivo, desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 1º Para o cálculo da média de que trata o inciso II deste artigo, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 13 desta Lei Complementar.

§ 2º Aos proventos de aposentadoria de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, aplicam-se as disposições contidas nos §§ 2º, 4º e 5º do artigo 20 desta Lei Complementar.

**SEÇÃO V
DOS REAJUSTES DAS APOSENTADORIAS**

Art. 22. Os proventos de aposentadoria de que trata os arts. 16 e 18 desta Lei Complementar serão reajustados da seguinte forma:

I - pelo critério da paridade, conforme previsto no art. 7º, da **EC** nº 41/2003, quando se tratar de proventos de aposentadoria calculados na conformidade do disposto no art. 20, inciso I; e

II - pelo reajuste nos termos do **RGPS**, no caso de proventos de aposentadoria obtidos na conformidade do disposto no art. 20, inciso II.

Art. 23. Os proventos de aposentadoria de que trata o arts. 17 e 19 desta Lei Complementar serão reajustados da seguinte forma:

I - pelo critério da paridade, conforme previsto no art. 7º, da **EC** nº 41/2003, quando se tratar de proventos de aposentadora calculados na conformidade do disposto no art. 21, inciso I; e

II - pelo reajuste nos termos do **RGPS**, no caso de proventos de aposentadoria obtidos na conformidade do disposto no art. 21, inciso II.

**SEÇÃO VI
APOSENTADORIAS DOS SERVIDORES EM ATIVIDADES ESPECIAIS**

Art. 24. O servidor que tenha ingressado em cargo de provimento efetivo até a data de entrada em vigor desta Lei Complementar, cujas atividades tenham sido exercidas, exclusivamente, com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, poderá aposentar-se, desde que cumpridos, cumulativamente:



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

- I - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;
- II - 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;
- III - 86 (oitenta e seis) pontos, correspondentes à soma da idade e do tempo de contribuição; e
- IV - 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição.

§ 1º Para a caracterização do tempo especial, serão observadas as disposições previstas no **RGPS**, em especial, os arts. 57 e 58 da Lei Federal nº. 8.213/1991, naquilo em que não conflitarem com as regras específicas aplicáveis ao **RPPS**.

§ 2º A idade e tempo de contribuição serão apurados em dias para cálculo do somatório de pontos a que se refere o inciso III do *caput* deste artigo.

§ 3º O cálculo dos proventos observará o cálculo de 60% (sessenta por cento) da média aritmética simples das remunerações adotadas como base para as contribuições aos regimes de previdência a que o servidor esteve vinculado, atualizadas monetariamente, correspondentes a 100% (cem por cento) do período contributivo, desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, se posterior àquela competência, com acréscimo de 2% (dois por cento) para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 (vinte) anos de contribuição.

§ 4º Para o cálculo da média de que trata o § 3º deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão seus valores atualizados mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários de contribuição considerados no cálculo dos benefícios do **RGPS**.

§ 5º Os proventos serão reajustados nos termos do **RGPS**.

§ 6º Fica vedada a caracterização de tempo especial por categoria profissional ou ocupação.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 7º É vedada a conversão de tempo especial em comum e vice-versa, em qualquer hipótese a partir da vigência da **EC nº 103/2019**.

§ 8º Poderão ser excluídas da média de que trata o § 3º deste artigo, a critério do servidor, as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade previdenciária.

**CAPÍTULO V
DAS PENSÕES**

**SEÇÃO I
DOS BENEFICIÁRIOS**

Art. 25. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

- I - do óbito, quando requerida em até 60 (sessenta) dias após o óbito;
- II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I do *caput* deste artigo; ou
- III - da decisão judicial, na hipótese de morte presumida.

§ 1º A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente e a habilitação posterior, que importe em exclusão ou inclusão de dependente, só produzirá efeito a partir da data da publicação da portaria de concessão da pensão ao dependente habilitado.

§ 2º Ajuizada a ação judicial para reconhecimento da condição de dependente, este poderá requerer a sua habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da respectiva ação, ressalvada a existência de decisão judicial em contrário.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 3º Nas ações de que trata § 2º, o órgão gestor poderá proceder de ofício à habilitação excepcional da referida pensão, apenas para efeitos de rateio, descontando-se os valores referentes a esta habilitação das demais cotas, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da respectiva ação, ressalvada a existência de decisão judicial em contrário.

§ 4º Julgada improcedente a ação prevista no § 2º ou § 3º deste artigo, o valor retido será corrigido pelos índices legais de reajustamento e será pago de forma proporcional aos demais dependentes, de acordo com as suas cotas e o tempo de duração de seus benefícios.

§ 5º Em qualquer hipótese, fica assegurada ao órgão gestor da pensão por morte a cobrança dos valores indevidamente pagos em função de nova habilitação.

§ 6º Não será aplicado o disposto nos incisos deste artigo se não for reconhecida a união estável no processo administrativo, devendo-se respeitar a data do trânsito em julgado da decisão judicial que reconhecê-la.

**SEÇÃO II
DA PERDA DO DIREITO, DA PENSÃO PROVISÓRIA E
DA PERDA DA QUALIDADE DE PENSIONISTA**

Art. 26. Perdem o direito à pensão por morte:

I - após o trânsito em julgado, o beneficiário condenado pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do servidor; e

II - o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 27. Será concedida pensão provisória por morte presumida do servidor, nos seguintes casos:

I - declarada pela autoridade judicial competente, depois de 6 (seis) meses de ausência, na forma deste artigo; ou

II - mediante prova do desaparecimento do segurado em consequência de desabamento, inundação, incêndio ou acidente, não caracterizado como em serviço ou desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança, condição em que seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente da declaração de prazo.

Parágrafo Único. A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado; ficando desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Art. 28. Acarreta perda da qualidade de beneficiário:

I - o seu falecimento;

II - a anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge;

III - a cessação da invalidez, em se tratando de beneficiário inválido, ou o afastamento da deficiência, em se tratando de beneficiário com deficiência, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas "a" e "b" do inciso VI do caput deste artigo;

IV - o implemento da idade de 18 (dezoito) anos de idade, pelo filho e equiparados;

V - a renúncia expressa; e

VI - em relação ao cônjuge, à companheira e ao companheiro:

a) o decurso de 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o servidor tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito;



PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

b) pelo decurso dos períodos, estabelecidos de acordo com a idade do pensionista na data de óbito do servidor, depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável, pela tabela abaixo e revisado proporcionalmente ao estabelecido neste artigo, nos termos de regulamento específico do **RGPS** no que couber:

- 1) 3 (três) anos, se o cônjuge ou companheira ou o companheiro tiver até 22 (vinte e dois) anos de idade;
 - 2) 6 (seis) anos, se tiver entre 22 (vinte e dois) até 27 (vinte e sete) anos de idade;
 - 3) 10 (dez) anos, se tiver entre 28 (vinte e oito) e 30 (trinta) anos de idade;
 - 4) 15 (quinze) anos, se tiver entre 31 (trinta e um) e 40 (quarenta) anos de idade;
 - 5) 20 (vinte) anos, se tiver entre 41 (quarenta e um) e 42 (quarenta e dois) anos de idade;
 - 6) vitalícia, com 43 (quarenta e três) ou mais anos de idade.
- c)** se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez ou pelo afastamento da deficiência, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas "**a**" e "**b**".

§ 1º Aplica-se ao ex-companheiro, ao cônjuge divorciado, ou separado judicialmente, as hipóteses de perda de qualidade de dependente previstas no inciso VI deste artigo.

§ 2º A critério da Administração, o beneficiário de pensão, cuja preservação seja motivada por invalidez, por incapacidade ou por deficiência deverá submeter-se a exame médico, a cargo do **IPG**, observada a periodicidade, regras e critérios estabelecidos nos artigos 9º e 10 desta Lei Complementar.

§ 3º Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida no inciso III ou os prazos previstos na alínea "**b**" do inciso VI, ambos do *caput*, se o óbito do servidor decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 4º Havendo o incremento mínimo de um ano inteiro na média nacional única, para ambos os sexos, correspondente à expectativa de sobrevida da população brasileira ao nascer, poderão ser fixadas, em números inteiros, novas idades para os fins previstos na alínea "b" do inciso VI do **caput**, em ato de autoridade do Poder Executivo Municipal que referende, na totalidade ou parcialmente, o ato da autoridade federal competente, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento.

§ 5º O tempo de contribuição ao **RPPS** ou ao **RGPS** será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais referidas nas alíneas "a" e "b" do inciso VI do **caput**, deste artigo.

§ 6º O exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, não impede a concessão ou manutenção da cota da pensão de dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave.

§ 7º No caso de acumulação de pensão, será observado o disposto no art. 31 desta Lei Complementar.

**SEÇÃO III
DO CÁLCULO E DOS REAJUSTES DAS PENSÕES**

Art. 29. A pensão por morte a ser concedida a dependente de servidor público será equivalente a uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), incidente sobre o valor dos proventos de aposentadoria.

§ 1º A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais observado o rol de dependentes.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º Por morte ou perda da qualidade de beneficiário, a cota parte individual não será revertida aos demais cobeneficiários, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescentes for igual ou superior a 5 (cinco).

§ 3º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o **caput** será equivalente a:

I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do **RGPS**; e

II - uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10 (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do **RGPS**.

§ 4º Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no **caput** e no § 1º deste artigo.

§ 5º O ex-companheiro, o cônjuge divorciado, ou separado judicialmente, que receba pensão alimentícia, concorrerá em igualdade de condições, direitos, obrigações e vedações previstos nesta Lei Complementar, com os dependentes no recebimento de pensão por morte.

Art. 30. As pensões serão reajustadas nos termos do **RGPS**.

Parágrafo Único. Nenhum benefício previdenciário será inferior ao salário-mínimo nacional, exceto a pensão por morte, quando não for a única fonte de renda formal do beneficiário.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

**SEÇÃO IV
DA ACUMULAÇÃO DE PENSÕES E COM
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

Art. 31. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º Será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de:

I - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

II - pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do **RGPS** ou de **RPPS** ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal; e

III - pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal com aposentadoria concedida no âmbito do **RGPS** ou de **RPPS**.

§ 2º Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

I - 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários-mínimos;

II - 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários-mínimos, até o limite de 3 (três) salários-mínimos;

III - 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários-mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários-mínimos; e

IV - 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários-mínimos.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 3º A aplicação do disposto no § 2º poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§ 4º As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor da EC nº 103/2019.

§ 5º As regras sobre acumulação previstas neste artigo e na legislação vigente na data de entrada em vigor da **EC** nº 103/2019, poderão ser alteradas na forma do § 6º do artigo 40 e do § 15 do artigo 201 da Constituição Federal.

§ 6º Para efeito de aplicação dos redutores previstos no § 2º deste artigo, as pensões por morte de militar, nos termos de art. 41 e 142, da Constituição Federal, não se limitam às pensões de cônjuge ou companheiro(a), alcançando as pensões deixadas para outros beneficiários.

§ 7º É assegurado o reajustamento dos benefícios de que trata este artigo para preservar, em caráter permanente, o seu valor real, nos termos estabelecidos pelo **RGPS**.

§ 8º A parte do benefício a ser percebida, decorrente da aplicação das faixas de que tratam os incisos do § 2º, deverá ser recalculada por ocasião do reajuste do valor do salário-mínimo nacional.

**CAPÍTULO VI
DA GRATIFICAÇÃO NATALINA**

Art. 32. A gratificação natalina será devida ao segurado e ao pensionista que, durante o ano, tenha recebido aposentadoria ou pensão por morte, respeitando-se o seguinte:



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

- I - a fração superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral;
- II - a gratificação natalina corresponderá ao valor do benefício mensal a que faz jus o segurado ou o pensionista;
- III - será observada a proporcionalidade de 1/12 (um doze avos) da gratificação para cada mês de benefício efetivamente recebido; e
- IV - a gratificação natalina será paga até o dia 20 (vinte) de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único. O **IPG** seguirá o regramento do Poder Executivo quanto ao pagamento da gratificação natalina.

**CAPÍTULO VII
DO ABONO DE PERMANÊNCIA**

Art. 33. O servidor de que trata os arts. 2º, 4º, 16, 17, 18, 19 e § único do artigo 52, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária, e que opte expressamente por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente à 100% (cem por cento) do valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória, que será pago pelo órgão empregador ao qual estiver vinculado.

§ 1º O abono de permanência será devido desde a data do requerimento, desde que cumprido os requisitos para a aposentadoria e que tenha sido averbado o tempo de contribuição necessário ao cumprimento dos requisitos.

§ 2º Cessará o direito ao pagamento do abono de permanência quando da concessão do benefício de aposentadoria junto ao **IPG**.

§ 3º Aos servidores que já se encontram em fruição, bem como àqueles que fazem jus ao abono de permanência, aplicam-se as regras estabelecidas no caput deste artigo.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

**CAPÍTULO VIII
DA REVISÃO DOS ATOS PREVIDENCIÁRIOS**

Art. 34. Os segurados do **IPG**, aposentados por incapacidade permanente e o dependente inválido beneficiário de pensão por morte, estarão obrigados sob pena de suspensão do benefício, a submeterem-se a exame médico pericial a cada 02 (dois) anos, prorrogável por igual período, a contar da última avaliação médico pericial.

I - a avaliação pericial deverá ser realizada, preferencialmente, por Junta Médica Pericial diversa daquela que concedeu o ato originário, para verificação da manutenção de incapacidade que ensejou benefício previdenciário concedido, judicialmente ou administrativamente; e

II - a Junta Médica Pericial deverá ser composta por 03 (três) médicos, com ao menos um especialista na área e/ou especialização em perícia médica, que expedirão laudo médico conclusivo.

§ 1º Concluindo a Junta Médica Pericial pela recuperação da capacidade laborativa, total ou parcial para o serviço público, o servidor será encaminhado, de ofício, à área de recursos humanos do órgão em que se encontrava lotado, para o devido processo de reversão, conforme estabelecido no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Guarapari.

§ 2º Concluindo a Junta Médica Pericial pela recuperação da capacidade laborativa, total ou parcial do dependente inválido beneficiário de pensão por morte, o IPG adotará medidas de cessação do benefício.

§ 3º Constatada a persistência de incapacidade que enseje a manutenção da aposentadoria por incapacidade permanente e/ou pensão por morte de dependente maior inválido, o benefício será mantido pelo prazo de 02 (dois) anos até nova reavaliação.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 4º Excepcionalmente, a critério da Junta Médica Pericial, quando caracterizado quadro clínico irreversível, poderá ser indicada no Laudo Médico Pericial a condição permanente da enfermidade, devidamente fundamentada.

§ 5º Após completados 60 (sessenta) anos de idade, o aposentado por incapacidade permanente e o pensionista maior inválido, ficarão dispensados da reavaliação médico pericial prevista neste artigo.

Art. 35. A Junta Médica Pericial Revisora deverá informar, por intermédio do Laudo Médico Pericial conclusivo:

- I - se o beneficiário ainda continua incapaz de exercer as atribuições do cargo que ocupava ou de outro compatível;
- II - a causa dessa incapacidade; e
- III - se existe necessidade de nomeação de curador.

Art. 36. O servidor aposentado por incapacidade permanente e o dependente inválido beneficiário de pensão por morte deverão apresentar à Junta Médica Pericial Revisora documentos médicos recentes, assim considerados os produzidos a menos de 90 (noventa) dias, bem como declarar se exerce atividade remunerada.

§ 1º A declaração de que trata o caput deverá conter:

- I - o nome do empregador ou do Ente Federado onde é desenvolvida;
- II - descrição detalhada das atividades desenvolvidas e a forma pela qual são desempenhadas; e
- III - no caso de ser atividade pública, informar se houve perícia de ingresso.

§ 2º A declaração de que trata o parágrafo anterior deverá ser emitida, ainda que se trate de exercício de atividade remunerada na condição de autônomo, devendo a mesma conter, no mínimo, as informações exigidas no inciso II.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 37. A Junta Médica Pericial Revisora poderá solicitar documentos e informações a órgãos e entidades de todos os Entes da Federação que contribuam para a análise das condições laborais do periciando.

Parágrafo Único. Ficam obrigados os órgãos e entidades do Município de Guarapari a fornecer os documentos e informações solicitadas pela Junta Médica Pericial Revisora.

Art. 38. O servidor aposentado por invalidez e o dependente inválido beneficiário de pensão por morte, convocados para reavaliação de Junta Médica Pericial, que não comparecerem na data e local marcados, terão suspensos seus proventos de aposentadoria e pensão por morte até submeterem-se aos exames médico periciais descritos nesta Lei Complementar.

Parágrafo Único. O pagamento do benefício somente poderá ser restabelecido após a realização da Junta Médica Pericial Revisora, sendo devidos os proventos atinentes ao período da suspensão, até o limite de 5 (cinco) anos contados do restabelecimento da aposentadoria ou da pensão por morte.

Art. 39. O procedimento de revisão dos atos aposentatórios previsto nesta Lei Complementar, poderá ser adotado para a concessão de aposentadorias por incapacidade permanente, no que couber.

§ 1º Nessa hipótese o Laudo Pericial deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) se há incapacidade;
- b) se a incapacidade é temporária ou permanente;
- c) a causa da incapacidade, com a indicação do respectivo Código Internacional de Doenças - **CID** e descrição clara do mesmo;
- d) se tal causa se caracteriza como moléstia profissional ou acidente de trabalho;
- e) no mínimo, o ano do início da incapacidade laboral; e
- f) se o periciando está impossibilitado de exercer toda e qualquer atividade laboral ou indicar para quais ele está incapacitado.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

§ 2º Nos casos de pensão por morte não se aplica o disposto nas alíneas "d" e "e" do parágrafo anterior.

Art. 40. Fica o **IPG** autorizado a promover a contratação e o credenciamento de profissionais médicos, no formato de pessoas físicas e/ou jurídicas, para fins de atendimento a revisão dos atos aposentatórios previstos nesta Lei Complementar.

**CAPÍTULO IX
DA PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA**

Art. 41. É de cinco anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do aposentado e pensionista para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão de indeferimento definitivo no âmbito administrativo.

Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo **RPPS** do Município de Guarapari, salvo o direito dos menores e incapazes, na forma da legislação civil.

Art. 42. O direito do **IPG** de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé do beneficiário.

§ 1º No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2º Não decairá o direito do **IPG**, por ocasião do processamento e análise do requerimento de aposentadoria, valorar e rever, para fins previdenciários, o tempo de contribuição que consta averbado no histórico funcional do servidor.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

**CAPÍTULO X
DOS CRÉDITOS E DÉBITOS DO IPG FRENTE A SEGURADOS E BENEFICIÁRIOS**

Art. 43. Valores residuais de proventos de aposentadoria ou pensão, devidos até a data do óbito, somente serão pagos aos pensionistas e sucessores descritos na lei civil, mediante apresentação de alvará judicial, ordem judicial ou escritura pública de inventário e partilha.

Parágrafo único. Do montante devido serão descontados os valores recebidos indevidamente.

Art. 44. No caso de óbito do aposentado ou servidor em atividade que possua eventuais débitos para com o **IPG** estes serão transferidos à pensão por morte paga aos seus beneficiários, podendo ser descontadas parcelas mensais que não superem 10% (dez por cento) do valor da pensão por morte.

Parágrafo único. Nos casos de inexistência de beneficiários da pensão por morte os débitos serão cobrados, na forma da lei civil.

Art. 45. Serão inscritos em dívida ativa pelo Município de Guarapari os créditos constituídos pelo **IPG** em decorrência de benefício previdenciário ou valores pagos indevidamente ou além do devido, inclusive na hipótese de cessação do benefício pela revogação de decisão judicial.

§ 1º A cobrança judicial, nos termos do disposto na Lei Federal nº 6.830/1980, ou outra que sucedê-la, é de responsabilidade do Município de Guarapari, por intermédio de seu órgão competente.

§ 2º Será objeto de inscrição em dívida ativa, para os fins do disposto no **caput**, em conjunto ou separadamente, o terceiro beneficiado que sabia ou deveria saber da origem do benefício previdenciário ou valores pagos indevidamente ou além do devido, em razão de fraude, dolo ou coação, desde que devidamente identificado em procedimento administrativo de responsabilização.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

**CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 46. O tempo de contribuição será comprovado exclusivamente por Certidão de Tempo de Contribuição - **CTC** e será computado e calculado em dias, observadas as normas seguintes:

I - não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais, exceto para o caso de férias regulares e férias-prêmio não fruídas, exclusivamente no Município de Guarapari, antes do advento da **EC** nº 20/1998 que serão contados em dobro os servidores municipais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III - não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro;

IV - é vedada a emissão de **CTC** com o registro exclusivo de tempo de serviço, sem a comprovação de contribuição efetiva, observadas as condições anteriores a vigência da **EC** 20/1998;

V - a **CTC** somente poderá ser emitida ao ex-servidor, que tiver sido demitido ou exonerado do cargo público efetivo contemplado na respectiva certidão;

VI - é vedada a desaverbação de tempo de contribuição, quando o tempo averbado tiver gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor público em atividade, que repercuta no cálculo do benefício previdenciário; e

VII - para fins de elegibilidade às aposentadorias especiais, o tempo de contribuição a outro regime, deverá vir reconhecido como de atividade especial na **CTC**.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 47. Constatado, a qualquer tempo, que o servidor municipal usou de meios fraudulentos para obter os benefícios da presente Lei Complementar, ser-lhe-á aplicada a pena de cassação do benefício previdenciário, se já concedido, sem prejuízo de outras sanções que forem aplicáveis à espécie.

Art. 48. A data de início da aposentadoria voluntária e por incapacidade permanente se dá na data em que o ato legal concessório entrar em vigor.

Art. 49. Não é permitido:

I - o recebimento conjunto de aposentadoria com abono de permanência em serviço, com licença saúde, com salário-maternidade ou a remuneração estatutária equivalente;

II - o recebimento de mais de uma pensão, ressalvado o disposto no art. 31 desta Lei Complementar;

III - a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do **RPPS** do Município de Guarapari de que trata esta Lei Complementar, ou de qualquer outra entidade da Federação, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal; e

IV - a percepção simultânea de provento de aposentadoria decorrente desta Lei Complementar, com remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 50. Verificada a acumulação de benefícios previdenciários em desacordo com o art. 24 da **EC** nº 103/2019, o aposentado ou pensionista será notificado para que exerça, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, o direito de opção pelo benefício mais vantajoso, ficando sujeito a desconto mensal, a título de devolução das importâncias indevidamente recebidas, nos valores e hipóteses previstos na legislação municipal.

Parágrafo Único. O **IPG** suspenderá o pagamento do benefício na ausência de manifestação do beneficiário.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 51. Será admitida a revisão do cálculo do benefício previdenciário, mediante inclusão, no seu cálculo, de tempo de contribuição não comprovado por ocasião da concessão do benefício, quando demonstrado que essa comprovação dependia de órgão público competente.

§ 1º A revisão a que se refere este artigo gerará efeitos pecuniários somente a partir da apresentação da respectiva **CTC**, exceto na pensão por morte, aposentadoria compulsória e na aposentadoria por incapacidade, em que será admitida a revisão a partir da data da concessão do benefício.

§ 2º Em nenhuma hipótese será admitida a revisão de que trata este artigo, após a homologação e registro do benefício previdenciário perante o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - **TCEES**.

Art. 52. Para efeitos do art. 36, inciso II, da **EC** nº 103/2019, fica referendada integralmente, no âmbito do **RPPS** do Município de Guarapari, a alteração promovida pelo artigo 1º daquela EC no art. 149 da Constituição Federal e as revogações previstas no art. 35 da mesma **EC**.

Parágrafo Único. Fica assegurada, excepcionalmente, a aplicação da regra de transição do art. 3º da **EC** nº 47/2005, no que tange à aposentação, fixação e reajustamento dos proventos de aposentadoria, bem como das pensões por morte delas decorrentes, aos servidores que ingressaram em cargo de provimento efetivo até 16 de dezembro de 1998 no Município de Guarapari e preencherem, cumulativamente, todos os seus respectivos requisitos para aposentação até a data de 31/12/2029.

Art. 53. Para o servidor que tenha optado pela previdência complementar, na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal, a remuneração observará o limite estabelecido para os benefícios do **RGPS**.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 54. Fica vedado incluir nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança, de cargo em comissão, de função gratificada, do exercício de função de chefia ou gratificação de produtividade, exceto quando tais parcelas estiverem incorporadas definitivamente na remuneração do servidor, até a data de entrada em vigor da **EC** nº 103/2019, por força de lei ou de decisão judicial, e tenham integrado a sua base de contribuição.

§ 1º Fica vedado incluir nos benefícios, para efeito de cálculo e percepção destes, qualquer parcela remuneratória sobre a qual não tenha incidido contribuição previdenciária.

§ 2º O tempo de contribuição e idade serão apurados e calculados em dias para fins de concessão, cálculo e fixação dos benefícios previdenciários.

Art. 55. A revisão da proporcionalidade dos proventos, em processo de aposentadoria voluntária, mediante inclusão no seu cálculo de tempo de contribuição não comprovado por ocasião da concessão do benefício, será admitida quando o aposentado demonstrar que essa comprovação dependia de órgão público competente.

Parágrafo Único. Na pensão por morte, na aposentadoria compulsória e na aposentadoria por incapacidade permanente, a revisão à que se refere este artigo poderá ser admitida, gerando efeitos pecuniários somente a partir da apresentação da respectiva Certidão de Tempo de Contribuição - **CTC**.

Art. 56. Aplicam-se às aposentadorias dos profissionais do magistério, no que couber, a Lei Federal nº. 11.301, de 10 maio de 2006.

Art. 57. As demais normas relativas aos benefícios previdenciários, beneficiários, documentos, averbação de tempo de contribuição, instrução dos processos de benefícios, recursos e revisões, justificações, pagamentos e junta médica serão objeto de regulamento próprio do IPG afetos às matérias.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 58. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta do orçamento do Município vigente e suplementadas, se necessário.

Art. 59. Ficam revogadas as disposições em contrário; em especial o § 3º do artigo 67, § 2º do artigo 74, § 2º do artigo 90, § único do artigo 91, § único do artigo 108, § 5º do artigo 114, inciso VI do artigo 160, os artigos 76, 77, 81, 82, 83, 84, 85 e 140 da Lei Complementar Municipal nº 1.278/1991; o inciso V do artigo 37, os artigos 59, 60, 61 e 68 da Lei Municipal nº 1.820/1998 e o artigo 33 da Lei Municipal nº 1.823/1998.

Art. 60. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Guarapari/ES, 07 de dezembro de 2023.

EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES
Prefeito Municipal

Projeto de Lei Complementar Nº. 015/2023

Autor do Projeto de Lei Complementar: Poder Executivo Municipal

REDAÇÃO FINAL: COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA/PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Processo Administrativo nº. 32.918/2023